

Fundação Alfredo de Sousa

Relatório e Contas, 2023

CARCAVELOS | PORTUGAL

1. A Missão e a Visão

A Fundação Alfredo de Sousa (adiante, “Fundação” ou “FAdS”), instituição de Direito Privado, foi constituída em 16 de Novembro de 2015, e reconhecida em 23 de Novembro de 2015, pelo Ministro da Presidência e do Desenvolvimento Regional, através do Despacho n.º 14880/2015. Viu o seu Estatuto de Utilidade Pública reconhecido pela Presidência do Conselho de Ministros, a 6 de Novembro de 2020, através do Despacho n.º 10907/2020. Nos termos dos seus Estatutos, a FAdS foi instituída com a missão de prosseguir “fins educacionais e científicos, mediante uma atividade de carácter predominantemente científico, através da promoção do ensino e da investigação científica, nas áreas da economia e da gestão e em atividades conexas, orientadas exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento e ao funcionamento da Nova School of Business and Economics (Nova SBE)”.

A FAdS conta com cinco entidades instituidoras: (i) Nova SBE; (ii) Município de Cascais; (iii) Jerónimo Martins, SGPS, SA; (iv) Banco Santander Totta, S.A.; e (v) Arica – Investimentos, Participações e Gestão S.A.. Desde a sua constituição, a FAdS estabeleceu mais de 50 protocolos de colaboração com parceiros corporativos privados de diversas áreas de atividade, agregando também mais de 1.500 doadores individuais, numa evidente mobilização da sociedade civil nacional em torno de um projeto com um potencial transformador e de forte impacto, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

O fundo patrimonial da FAdS, constituído pelas dotações em dinheiro (€12.310.000,00) e em espécie (€9.777.401,00) dos seus membros instituidores, ascende atualmente a €22.087.401,00, encontrando-se por realizar em 31 de Dezembro de 2023 o valor de €2.520.000,00 relativos ao Banco Santander Totta, S.A., sendo a sua realização de forma faseada até 30 de Novembro de 2029, conforme escritura de constituição da FAdS. De referir que, em Outubro de 2020, a dotação em espécie do Município de Cascais, referente ao direito de superfície sobre a parcela de terreno onde o *campus* foi construído, foi atualizada para €9.777.401,00, de acordo com o relatório de entradas em espécie emitido pela BDO & Associados, SROC, Lda..

A FAdS é titular do direito de superfície, pelo prazo de 50 anos, sobre a parcela de terreno situado na Avenida Marginal, em Carcavelos, no Concelho de Cascais, na qual foi construído o *campus* onde a NOVA SBE desenvolve a sua atividade. O referido prazo é automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 25 anos, salvo no caso de a FAdS não o pretender.

No cumprimento da sua missão, a FAdS centra a sua atenção nas seguintes atividades:

1. Construção, gestão e manutenção do *campus* onde se desenvolve o projeto da Nova SBE;
2. Apoio ao desenvolvimento do projeto da Nova SBE, utilizando para o efeito todos os meios ao seu dispor;
3. A angariação de novos Benfeitores e de novos donativos, apostando numa política ativa de *fundraising* em benefício da Fundação e da Nova SBE;
4. Quaisquer outras atividades adequadas aos fins a que se destina a Fundação.

A FAdS foi constituída com o objetivo de apoiar a Nova SBE na sua jornada para um futuro de co-desenvolvimento, com uma comunidade que atravessa fronteiras e derruba convenções, possibilitando, em paralelo, o seu cada vez maior reconhecimento como uma das melhores *business schools* a nível europeu e mundial.

O Professor Alfredo de Sousa, fundador em 1978 da Nova SBE e o seu primeiro Diretor, foi um influente economista português reconhecido internacionalmente. A Fundação recebeu o seu nome como forma de reconhecimento da sua visão e da sua ambição, bem patentes quer na criação quer no percurso de sucesso da NOVA SBE. A memória viva do Professor Alfredo de Sousa continuará a servir de inspiração à FAdS e ao desenvolvimento da sua missão.



2. Governance

A Fundação Alfredo de Sousa é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida com estatuto de utilidade pública desde 2020, e conta com uma estrutura de *governance* independente:

- A Fundação Alfredo de Sousa tem dois órgãos estatutários, o Conselho de Administração e o Conselho de Curadores;
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do património da Fundação Alfredo de Sousa;
- O Conselho de Curadores é responsável por garantir o cumprimento dos estatutos da Fundação Alfredo de Sousa, dando parecer sobre um conjunto de temas de relevo e procedendo à apreciação geral e fiscalização da administração da Fundação.

Em 2022 entrou em vigor o novo modelo de governo entre a Nova SBE e a Fundação Alfredo de Sousa, tendo sido constituído ao abrigo do mesmo um Conselho Consultivo entre as duas instituições – representação da FAdS neste órgão a cargo de Clara Streit e de Rui Diniz.

Equipa

Conselho de Curadores

João Sàágua

Presidente do Conselho de Curadores
Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa

Carlos Carreiras

Câmara Municipal de Cascais

Francisco Soares dos Santos

Grupo Jerónimo Martins

José Soares dos Santos

Família Soares dos Santos

Pedro Castro e Almeida

Banco Santander Totta

Luís Almeida Costa

Universidade Nova de Lisboa

Raúl Galamba de Oliveira

Doador
Antigo Aluno

Ming Chu Hsu

Doadora

Vasco de Mello

Grupo José de Mello

António Martins da Costa

EDP

Majid Mangalji

Westmont Hospitality Group

João Bento

CTT

Equipa

Conselho de Administração

Miguel Pinto Luz

Presidente do Conselho de Administração
Câmara Municipal de Cascais

Alexandra Brandão

Indicada pelo Conselho de Curadores - Mandato 2021-23

António Casanova

Indicado pelos Antigos Alunos - Mandato 2021-23

António Nogueira Leite

Nova SBE

Clara Streit

Grupo Jerónimo Martins

Henrique de Castro

Indicado pelo Conselho de Curadores - Mandato 2021-23

Henrique Soares dos Santos

Família Soares dos Santos

Rui Diniz

Indicado pelo Conselho de Curadores - Mandato 2021-23

Vera Pinto Pereira

Indicada pelos Antigos Alunos - Mandato 2021-23

De referir que no dia 27 de Janeiro de 2023, o Administrador Daniel Traça apresentou ao Presidente do Conselho de Administração um pedido de renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração com efeitos a partir dessa mesma data. Foi nomeado para o mesmo cargo, na qualidade de representante da Instituidora Nova SBE, o Professor António Nogueira Leite.

Adicionalmente, no dia 6 Fevereiro de 2024 o Presidente do Conselho de Curadores, João Sàágua, renunciou ao cargo com efeitos a partir dessa mesma data. Será eleito no mês de Abril de 2024 um novo Presidente para o Conselho de Curadores para o mandato 2024-26.

Por fim, no dia 25 de Março de 2024, o Presidente do Conselho de Administração, Miguel Pinto Luz, renunciou ao cargo com efeitos a partir dessa mesma data. Será eleito, previsivelmente no mês de Maio, um novo Presidente para o Conselho de Administração.

3. Os *Highlights* do Ano

Início de mandato do Professor Pedro Oliveira como Dean da Nova SBE para o mandato 2023-26

Nova SBE cimentou a sua posição no ranking do Financial Times dos Melhores Mestrados em Finanças, estando neste momento na 11.^a posição a nível mundial

Mestrado Internacional em Gestão da Nova SBE consolidou a 15.^a posição mundial do ranking do Financial Times

The Lisbon MBA cimentou a posição no Top-100 do Ranking Mundial de MBA do Financial Times

5.º Aniversário do Campus de Carcavelos

Forte Dinamização do Alumni Club

8.^a Edição das Estoril Conferences

Concretização do Projeto Cascais Smart Pole

Um Espaço Para Uma Escola de Excelência

Facts & Figures referentes ao ano de 2023

- 547 novos alunos de licenciatura inscritos para o ano letivo 2023/24;
- 1.763 novos alunos de mestrado inscritos para o ano letivo 2023/24s, dos quais mais de 1.000 alunos internacionais;
- 83 alunos de doutoramento;
- 97 professores de carreira, dos quais mais de 30 professores internacionais;
- Quadro de pessoal não docente superior a 250 efetivos.

Rankings da Nova SBE

- 15º melhor Mestrado em Gestão do mundo e o 13º na Europa com o Mestrado Internacional em Gestão (ranking global Financial Times 2023);
- 11º melhor Mestrado em Finanças do mundo e o 10º na Europa com o Mestrado Internacional em Finanças (ranking global Financial Times 2023);
- 4º ano consecutivo líder nacional em Formação de Executivos: 1º Portugal, 15º Europa e 18º Mundo (ranking global Financial Times 2023);
- 21ª posição nas Melhores Escolas de Gestão da Europa (ranking Financial Times 2023);
- 24.º lugar na Europa nos rankings FT Global MBA 2023.

Candidaturas aos programas de Mestrado pré-experiência voltam a bater recorde

A NOVA SBE recebeu mais de 4.000 candidaturas aos programas de mestrado pré-experiência do ano letivo 2023/24, 76% das quais pertencem a candidatos internacionais, um número recorde que reforça ainda mais a forte presença internacional e a oferta curricular de excelência que a escola detém, fruto do reconhecimento internacional alcançado.

O ano de 2023 representou um ano de crescimento ao nível das candidaturas aos programas de mestrado, com um aumento de 28% face ao ano letivo anterior, sendo os programas do Mestrado em Gestão, do Mestrado de Empreendedorismo de Impacto e Inovação e do Mestrado em Finanças os que apresentaram um maior crescimento em termos de candidaturas (+16 %, 21% e +35 %, respetivamente).

Alguns projetos e iniciativas desenvolvidas em Parceria

Fellowship for Excellence

Em Setembro de 2023 teve início a 7ª edição – 23/24 do Programa Nova SBE Fellowship for Excellence, que conta com a importante participação dos seus benfeitores e doadores individuais. Este programa reflete a missão da Nova SBE, de atrair e desenvolver talento jovem para que tenham um impacto responsável nas organizações, na nossa sociedade e no mundo em geral. O programa Nova SBE Fellowship for Excellence premeia a excelência e a dedicação dos alunos de mestrado da escola e prepara-os para alcançarem o seu potencial máximo enquanto alunos e cidadãos. A 7.ª edição do Programa conta com 44 alunos, dos quais 82% estrangeiros.

Inclusive Community Forum (ICF)

O ICF é uma iniciativa do Leadership for Impact Knowledge Center da Nova SBE dedicada à vida das pessoas com deficiência, dedicada à inclusão das pessoas com deficiência. Tem como objetivo construir uma rede composta por todos os que intervêm na vida destas pessoas, desafiando-os a ter um papel ativo na cocriação de soluções. Para o seu financiamento, o ICF contou até hoje com o contributo de 12 doadores, entre particulares e fundações.

Principais Atividades de 2023:

- a) Acompanhamento das iniciativas no tema da Empregabilidade: continuação da expansão do Peer2Peer, para mais uma instituição de ensino superior, com edições em 4 instituições de ensino superior diferentes; difusão do recrutamento Inclusivo, nomeadamente através do aumento do número de empresas signatárias do Compromisso com a Inclusão – no final de 2023 eram 58 empresas – e facilitação de sessões de sensibilização para equipas de RH e lideranças nas empresas;
- b) Desenvolvimento da Jornada para a Capacitação - capacitação de docentes, na escolaridade obrigatória e no Ensino Superior, para a educação inclusiva; capacitação das pessoas com deficiência em competências sociais; e desenvolvimento de uma plataforma – o ComPIT – para a mediação entre escolas e empresas, levando à boa execução dos PITs (Planos Individuais de Transição);
- c) Validação e Aconselhamento: reuniões com o Conselho Diretivo, Conselho das Famílias, Conselho das Instituições – com a participação de mais de 140 pessoas – e sessões de Inclusive Talks dedicadas às empresas do Compromisso com a Inclusão.

Alumni Club

Em 2023, o Departamento de Alumni da Nova SBE consolidou e expandiu as suas iniciativas para fortalecer ainda mais os laços com a comunidade de antigos alunos. Foram adicionadas cinco novas cidades à rede global de Alumni Chapters, incluindo Barcelona, Luxemburgo, Amsterdão, Berlim e Singapura, que marca a primeira representação na Ásia.

A comunidade Alumni contribuiu como mentores para seis programas de mentoria dedicados a diferentes segmentos, abrangendo desde alunos pré-experiência, mestrados executivos, start-ups e organizações sociais. A segunda edição do programa de formação de executivos exclusivo para antigos alunos atraiu mais de 400 participantes, demonstrando o interesse contínuo na apreensão de novas competências e conhecimentos. Ao longo do ano, foram realizados mais de 40 eventos de networking internacional, fortalecendo as conexões entre antigos alunos das mais variadas indústrias e gerações, promovendo ainda eventos entre universidades, para alargar a rede de contactos dos antigos alunos da Nova SBE.

No final do ano, decorreu a tradicional Alumni Party, que reuniu mais de 800 convidados para celebrar os Alumni Awards, reconhecendo o sucesso e o impacto duradouro dos Alumni em diversas áreas. Essas conquistas refletem o compromisso contínuo da Nova SBE em construir uma rede global robusta e oferecer oportunidades valiosas para os seus Alumni.

A proposta de valor da escola para os antigos alunos assenta em 3 pilares:

- Aprendizagem ao Longo da Vida e Crescimento Profissional;
- Envolvimento com alunos e acesso ao talento;
- Comunidade & Networking.

Entre as iniciativas mais impactantes, destacam-se:

1. CATCH '23 - com o objetivo de ser continuamente considerado como o parceiro educativo dos antigos alunos, foi organizada mais uma edição do inovador programa de formação executiva - Catch, que assume os

temas mais desafiantes e tendências relevantes de upskilling, num curso online de 1 ano, cuidadosamente curado, exclusivo para a comunidade Alumni da Nova SBE.

Tópicos abordados na edição de 2023:

- Comportamento do Consumidor em Ambientes Complexos com a Prof. Catherine da Silveira;
- Estratégias Disruptivas para a Criação de Valor com o Prof. Luís Almeida Costa;
- Mindfulness e Resolução de Problemas com a Prof. Constança Casquinho;
- Navegando no Futuro: Compreensão das Tecnologias Web3 com o Prof. Leid Zejnilovic.

A 2ª edição do CATCH contou com mais de 400 participantes, 70% pela primeira vez em Formação Executiva da Nova SBE. Em 2023, mais de 3.000 Alumni participaram em programas pós-experiência – intensivos, pós-graduações e customizados.

2. MINT – Mentoria, Impacto, Networking & Talento - Construir relações significativas entre Alumni e alunos é fundamental para o crescimento estratégico e o desenvolvimento dos programas de ensino superior. Os antigos alunos têm um papel significativo a desempenhar na vida dos alunos. Em 2023, foram feitos esforços significativos para envolver estes dois públicos: do ensino à mentoria, do networking às oportunidades de partilha, seja dos seus conhecimentos de indústria ou como oradores aspiracionais, os Alumni ajudaram a formar a espinha dorsal da estruturação do ponto de vista das situações de vida, fornecendo conselhos, orientação para fazer melhores escolhas de carreira e incentivar o desenvolvimento académico. Esta iniciativa conta com + de 200 Mentores.

Foram também trabalhados 6 Programas de Mentoria, com várias equipas, hubs, clubes e institutos da Nova SBE – para alunos pré e pós experiência, start-ups e organizações sociais. Mais de 150 oradores, antigos alunos, participaram em eventos institucionais e cursos académicos durante o ano de 2023.

3. Rede de Embaixadores Alumni - Em 2023, continuou-se a trabalhar em estreita colaboração com os nossos embaixadores. Os embaixadores têm sido fundamentais para o sucesso do Alumni Club e para o desenvolvimento da Escola. Temos embaixadores de todas as classes, de 1978 a 2022, dispostos a fazer parte ativa do crescimento da escola. Registamos mais de 700 Alumni dispostos a ajudar, com mais de 300 embaixadores ativos.

4. Alumni International Chapters – Com o intuito de fortalecer o vínculo entre os antigos alunos e estabelecer um diálogo contínuo com a escola, em 2023 foram lançados 6 novos Capítulos Internacionais de Alumni em algumas das cidades mais representadas da comunidade da Nova SBE, juntando aos 10 Capítulos lançados no ano anterior. Os Capítulos Internacionais da Nova SBE funcionam como centros de atividade local, liderados por um City Board de embaixadores da Nova SBE que vivem nessa região. Os objetivos são abrangentes e passam principalmente pela criação de oportunidades de networking para os antigos alunos na cidade, de fóruns de discussão, envolvimento de parceiros corporativos relevantes e candidatos a alunos da Nova SBE, apoiando o avanço da Nova SBE nestes mercados.

5. Alumni Party & Awards – No final de 2023, foi organizada a tradicional Alumni Party que reuniu mais de 800 antigos alunos e amigos de todo o mundo. Nesta festa, realizou-se pela segunda vez a Gala de Prémios Alumni para reconhecer os antigos alunos da Escola que deram contributos significativos para a sociedade, e cujas realizações, filiações e carreiras honram o legado de impacto e excelência da Nova SBE.

Concretização do Projeto Cascais Smart Pole

O Cascais Smart Pole by Nova SBE é um Living Lab resultante da parceria entre a Fundação Alfredo de Sousa, Nova SBE, Câmara Municipal de Cascais, Cascais Ambiente, Get2C, PRIO BIO, Veolia e Avfallsteknisk Montasje AS (Noruega). Localizado no Campus de Carcavelos e área circundante, o Living Lab pretende liderar a geração de agentes de mudança no caminho da inovação aliada à neutralidade carbónica, seguindo

os objetivos de descarbonização do concelho e os objetivos nacionais definidos para 2050. Está implementado numa área multifuncional que integra habitação, comércio, equipamentos e áreas públicas, adquirindo identidade local através da interação sociocultural entre moradores, alunos e visitantes e abrangendo uma área total de 4,2 hectares.

Com conclusão agendada para Abril de 2024, o projeto promovido pela Fundação Alfredo de Sousa tem 9 atividades, das quais se destacam os seguintes progressos:

Atividade	Ações realizadas	Medidor de execução
1. Caminho para a Neutralidade Carbónica	<ul style="list-style-type: none"> Finalização da atividade e dos entregáveis associados Ajuste de entregáveis pela inclusão de mais uma categoria no inventário da NOVA SBE 	Terminado
2. Plataforma Participativa	<ul style="list-style-type: none"> Publicação da infografia da pegada de carbono do living lab Preparação e desenvolvimento de calculadora de carbono individual e respetivo registo Preparação da integração de indicadores através de APIs Desenvolvimento de dashboard de indicadores de projeto e globais relevantes Atualização da infografia da pegada de carbono do Living Lab 	Em curso
3. Comunidade Smart Pole	<p>Comunidade de Partilha e Comunidade Microgreen:</p> <ul style="list-style-type: none"> Planeamento e execução da Oficina "Re:Costura - Do velho se faz novo" Planeamento e execução do Workshop "Skates de Plástico Reciclado" Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Carcavelos para identificação de sinergias Reunião com representantes da Aqua Carca para estabelecimento de parceria informal Planeamento e execução da atividade "Uma tarde na tua Rua" Recolha dos kits de microgreens remanescentes no ponto de entrega na receção da Universidade Nova SBE Aditamento ao contrato de prestação de serviços da CEP. Preparação, disseminação e implementação de oficina de recolha e conservação de sementes. Preparação, disseminação e implementação de workshop de ativismo no âmbito do Greenfest. <p>Comunidade de energia:</p> <ul style="list-style-type: none"> Foram contactadas um conjunto de entidades com um potencial de parceria elevado: investidores, empresas no setor da energia e produtores de energia localizados na área de atuação do Cascais Smart Pole Elaboração do Caderno de Encargos para o Concurso Público Internacional para aquisição de painéis fotovoltaicos e baterias para <i>storage</i> de energia que será lançado em 2024 	Em curso
4. Mobilidade Urbana	<ul style="list-style-type: none"> Processo de consulta prévia e adjudicação de contrato para serviço de desenvolvimento de funcionalidades e integração na app MobiCascais Reuniões técnicas com as partes envolvidas para o desenvolvimento da funcionalidade de cálculo de emissões evitadas na aplicação MobiCascais Programação final e integração das funcionalidades de monitorização de emissões de CO2 na app MobiCascais Desenvolvimento e testes na app antes do lançamento Lançamento da aplicação 	Em curso

Atividade	Ações realizadas	Medidor de execução
<p>5. Eficiência Energética</p>	<ul style="list-style-type: none"> Análise de dados <p>Os testes de funcionamento do sistema continuaram a ser realizados e a consequente recolha e armazenamento de dados necessária para a melhoria contínua dos algoritmos de comando dos equipamentos AVAC (Machine Learning), já com a integração dos contadores de pessoas e com o <i>breakdown</i> dos consumos energéticos</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> Criação de Plataforma de Integração <p>Desenvolvimento de plataforma de integração e de gestão de dados a partir do Sistema Hubgrade da Veolia</p> <p>Após a aceitação do reforço de verbas, que permitiu a viabilização da instalação e integração dos contadores de pessoas nas salas do Bloco D, foi iniciado o processo de aquisição dos equipamentos necessários</p> <p>Fornecimento e instalação de PowerTags e Gateways para contagem de energia das UTANs (breakdown dos consumos energéticos)</p> <p>Fornecimento e instalação de sensores multifunções para contagem de pessoas nas salas do Bloco D</p> <p>Fornecimento e instalação de rede de cablagem UTP Cat. 6, livre de halogéneos</p> <p>Fornecimento e instalação de Switches Ethernet PoE</p> <p>Configuração, Programação, Testes e Colocação em Serviço de todo o sistema, incluindo a integração no atual sistema de gestão técnica</p>	<p>Em curso</p> <hr/> <p>Em curso</p>
<p>6. Promover a economia circular e a neutralidade carbónica dos resíduos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Segundo fornecimento de biodiesel para abastecimento de 2 viaturas da Cascais Ambiente Reuniões para dinamização da atividade de monitorização do consumo de biodiesel Monitorização da recolha de OAU nos oleões selecionados 	<p>Em curso</p>
<p>7. Green Living- espaços verdes resilientes</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ação de plantação no Pinhal dos Lombos Ação de voluntariado para plantação de arbustos com alunos da Nova SBE na Quinta de São Gonçalo Ação de voluntariado para a reconversão de relvados no Parque Infantil dos Cascalitos Realização do projeto de transformação do sistema de rega Instalação de equipamentos de rega Monitorização do uso de rega inteligente nos parques que tiveram conversão de prado de sequeiro Uso do software para monitorização do uso, consumo e poupança de água Monitorização dos equipamentos de sistema de rega inteligente Uso do software para monitorização do uso, consumo e poupança de água 	<p>Em curso</p>
<p>8. Cascais Smart Pole Market</p>	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação da reformulação da atividade 8 Início do projeto com o desenvolvimento da documentação de apoio, que inclui todos os requisitos para a aplicação gratuita de cálculo de emissões Lançamento do concurso para aquisição de serviços de desenvolvimento do software Reuniões detalhadas para alinhamento dos últimos pontos antes do início efetivo do desenvolvimento, bem como reuniões de ponto de situação semanais Realização de testes ao menu de Recolha e Cálculo e de Gestão de Fatores de Emissão Desenvolvimento de toda a componente do formulário relacionada com o cálculo da pegada corporativa Criação do menu de Resultados/Dashboard 	<p>Em curso</p>
<p>9. Comunicação, Sensibilização e</p>	<ul style="list-style-type: none"> Briefing, desenvolvimento e instalação na Nova SBE da sexta e última peça do Sustent'Arte (Ativista Desconhecido) 	<p>Em curso</p>

CS 10
AB

Atividade	Ações realizadas	Medidor de execução
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de serviços de design • Organização e comunicação do evento “Re:costura, do Velho se faz Novo” • Organização e comunicação do evento “Skates de plástico reciclado” • Comunicação da ação de voluntariado no Pinhal dos Lombos, para plantação de árvores e arbustos autóctones • Comunicação de uma ação de voluntariado com alunos da Nova SBE • Comunicação da ação de voluntariado para a reconversão de relvados no Parque Infantil dos Cascalitos • Design e produção de folhetos e instalação de sinalização com informação sobre os benefícios do prado de sequeiro • Acompanhamento da reportagem sobre o Cascais Smart Pole para o Programa Europa Minha • Organização e comunicação do evento “Uma tarde na Tua Rua” • Organização e comunicação do evento “Oficina de Recolha e Conservação de Sementes” • Organização e comunicação do evento “workshop de ativismo para crianças” • Dinamização das redes sociais do projeto • Acompanhamento de todas as atividades e sub-atividades do projeto 	

Desenvolvimento do Westmont Institute of Tourism and Hospitality

O Nova SBE Westmont Institute of Tourism & Hospitality foi criado no final de 2019, numa parceria entre a Fundação Alfredo de Sousa, a Nova SBE e o Westmont Hospitality Group, uma das maiores empresas de operação hoteleira em todo o Mundo.

Os 2 primeiros anos de atividade do Instituto corresponderam à instalação do mesmo, à construção do Westmont Hospitality Hall, enquanto espaço dedicado a laboratório de Hospitality na Escola e ao desenho e lançamento da oferta de programas do Instituto, tanto em termos de mestrado, formação de executivos e outras componentes de ensino.

Em termos de programas de pré-experiência, a área de especialidade em Hospitality & Customer Experience, teve 23 alunos graduados em janeiro de 2023, com uma taxa de empregabilidade de 92% nos 6 meses seguintes à conclusão dos estudos. Por outro lado, o número de admitidos na 3ª edição do programa manteve-se estável. Ainda neste âmbito, a rede de corporate partners foi alargada, contando com importantes marcas referência da indústria, a nível nacional e internacional, como Hilton International, Marriott, Intercontinental Hotel Group, The Standard, Room Mate Hotels, Expedia, Pestana Hotel Group, Discovery Hotel Management, SANA Hotels, Indie Campers, mas também de outras indústrias, como o IKEA, BPI, CUF, Federação Portuguesa de Futebol, para realização de iniciativas conjuntas, nomeadamente Work Projects em contexto empresarial. No total, 28 alunos desenvolveram os seus project-based learning work projects em algumas destas empresas.

A 4ª edição do programa que teve início em setembro de 2023, contou com uma oferta mais alargada e diversificada de cursos em áreas como Sustainable Tourism, Regenerative Business, Tourism & Hospitality Consulting e Hotel Asset Management, bem como iniciativas extracurriculares a serem disponibilizadas aos alunos durante o ano de 2024.

Na área de impacto, a atividade do Instituto foi bastante dinâmica em 2023. Em março de 2023, foi publicado o White Paper “Sustainability in the Tourism sector”. O Instituto participou como parceiro e facilitador de dois programas chave no âmbito do “Fostering Innovation in Tourism” - FIT 2.0, patrocinados pelo Turismo de Portugal, cujos objectivos incluem fomentar a inovação e integrar a sustentabilidade na

proposta de valor de startups – CHECK IN, Tourism Innovation Program on Campus, powered by Nova SBE Haddad Entrepreneurship Institute and BETA START Tourism, powered by Beta i.

Concretização da parceria estratégica com a Associação de Turismo de Cascais através da produção de 19 projectos sobre o futuro do Turismo em Cascais baseados no desafio “Changing Consumer Preferences and Behaviours”, realizados por 100 alunos.

O Westmont Hospitality Hall foi também palco de 13 WITH Talks, com convidados do setor do turismo e hospitality, mas também de outras indústrias de serviços, nomeadamente customer-centric organizations e 1 Master Class com um líder internacional da indústria hoteleira.

Desenvolvimento do Haddad Entrepreneurship Institute

O Haddad Entrepreneurship Institute resulta de uma parceria entre a Haddad Foundation, a Nova SBE e a Fundação Alfredo de Sousa, que possibilitou a inauguração, em Abril de 2022, de um novo espaço no Campus de Carcavelos dedicado ao empreendedorismo. O Haddad Entrepreneurship Institute dedica-se ao desenvolvimento e acompanhamento do tema de Empreendedorismo. Com a visão clara de se tornar um centro de empreendedorismo de referência a nível nacional e internacional, trabalha todos os dias para cumprir a sua missão de incutir o espírito Empreendedor na nova geração, contribuindo assim para a criação de novos negócios e para a formação de profissionais capazes de contribuir ativamente para a construção de um futuro melhor.

No ano de 2023 destacam-se as seguintes iniciativas e resultados:

- Reforço da parceria com a Fundação Haddad, que incluiu um importante donativo integrado numa estratégia a cinco anos. Em abril de 2023 foi celebrado o aniversário do espaço dedicado ao empreendedorismo;
- Observou-se um crescimento significativo do impacto nos alunos contando com a participação ativa de mais de 1.400 alunos;
- Crescimento do impacto em todo o ecossistema e em toda a comunidade Nova SBE, com a organização de mais de 100 eventos ao longo do ano, e colaboração de 447 startups, bem como a formação da aliança internacional European Scaleup Institute com 7 business schools europeias;
- A atividade do Instituto encontra-se assente em 3 grandes pilares: i) educação e capacitação ii) incubação e aceleração de startups e iii) investigação académica e liderança de opinião:
 - i) Entrega de 26 iniciativas para os alunos como por exemplo workshops em “Venture Capital” (50 alunos) e “Product Management” (50 alunos) e 2 eventos para antigos alunos. Organizadas várias conferências sobre o tema de empreendedorismo e relacionados onde muitas centenas de alunos participaram, e com a participação de 46 mentores e convidados. Crescimento do programa de estágios de Verão em startups. Acompanhamento de mais de 30 teses de Mestrado na área de empreendedorismo;
 - ii) Programa de incubação alcançou as 150 startups. Em termos de aceleração o instituto entregou uma nova edição do programa Check-in, com o apoio do Turismo de Portugal, que terminou com a participação de 17 parceiros e 20 startups, que desenvolveram um total de 45 projetos piloto. Foi ainda entregue o programa de aceleração Madeira Startup retreat e ainda desenvolvido o 1º programa de FinTech & Sustainable Finance. Nestes programas participaram 36 investidores;
 - iii) Em junho de 2023 decorreu a 2ª Conferência académica do Instituto “Entrepreneurship Symposium” contando com professores de várias universidades de renome internacional. Em 2023 decorreu também a 1ª Conferência da European Scaleup Institute no Haddad Entrepreneurship Institute contando com a presença de vários investigadores de renome;

- iv) Destacam-se ainda a obtenção de 2 projectos europeus Segie e Innonexus, bem como o lançamento do novo programa na área de web3 e blockchain.

Para o ano de 2024, a equipa irá continuar a apostar no aumento do impacto dos programas e iniciativas dos 3 pilares bem como a melhoria da visibilidade e colaboração internacional na área de empreendedorismo.

8.ª Edição das Conferências do Estoril

Criadas para gerar impacto transformador na sociedade, as Conferências do Estoril sempre apostaram em dar palco e voz a especialistas cujo pensamento e ação mudam o curso da história. Criadas em 2009, foram organizadas bi-anualmente para trazer a Portugal alguns dos mais prestigiados líderes mundiais. Políticos, empresários, académicos, gestores, empreendedores, intelectuais, artistas, desportistas, aventureiros e grandes humanistas, incluindo vários Prémios Nobel e Chefes de Estado, vieram às Conferências do Estoril debater os maiores desafios globais da atualidade, numa tentativa de conjugar esforços e competências para encontrarem soluções e co-criarem iniciativas eficazes para a mudança.

Em 2023, uma nova edição de um novo ciclo, desta vez anual, foi organizada no Campus de Carcavelos pela Nova SBE e pela Nova Medical School, mantendo a co-organização da Câmara Municipal de Cascais. Re-Humanize Our World foi o tema de fundo e o ponto de partida para todos os oradores que estiveram presentes nos dias 1 e 2 de setembro de 2023.

Esta 8ª Edição contou com 77 oradores de renome mundial, de diversas origens e áreas de expertise, que partilharam os seus conhecimentos e experiências com uma audiência de +2.600 participantes (800 dos quais online). Abriram novos horizontes e discutiram novos caminhos, revelando a possibilidade de um futuro de esperança, em que a equidade, a justiça e a paz possam ser a marca d'água das sociedades em todo o mundo, em especial nas comunidades mais vulneráveis ou ameaçadas.

Em 2023, as Conferências do Estoril contaram com o apoio de +25 parceiros com objetivos específicos que contribuíram para o sucesso do evento. Durante os dois dias do evento, foi criado um espaço dedicado, denominado "Humanity Hub", que atraiu +2.000 participantes. O Festival da Juventude Humanidade, destinado a estudantes, registou uma afluência semelhante de mais de 2.000 participantes. Um impacto amplificado pelos media, através da cobertura de +85 jornalistas acreditados, resultando em +330 notícias nos media. Esta edição foi também a primeira a incorporar interpretação em língua gestual, reforçando ainda mais o seu carácter inclusivo. Os principais contributos ficaram registados e podem ser consultado no Call-To-Action-Report, disponível em www.estorilconferences.org onde em cada página está publicado um QR Code que permite revistar as talks de cada orador.

Destaque ainda para as iniciativas "On the Road to Estoril Conferences" um conceito que permitiu promover um conjunto de iniciativas ao longo de 2023 que foram revelando e até antecipando os temas-chave da 8ª edição.

As Conferências do Estoril têm um papel muito relevante na identidade da Nova SBE, como ponto de encontro, investigação, debate e produção de conhecimento sobre as grandes questões da atualidade. Revelam a dedicação da Nova SBE em cultivar uma cultura de impacto ao promover espaços para discussões pluralistas e inclusivas, sobre os desafios mais urgentes do nosso tempo.

Um palco onde as ideias podem livremente convergir ou divergir, inspirando os jovens e a sociedade em geral a participar ativamente em debates que procuram elevar o debate público, reforçando a consciência do que está ao alcance de cada um fazer.

Atividade do Ano

A atividade da Fundação durante o ano 2023 esteve predominantemente focada na gestão da infraestrutura do campus e na estabilização da segunda fase da campanha da *fundraising*.

a) Infraestrutura

A edificação do Campus foi concluída, no que concerne ao seu projeto inicial, em Março de 2019. Com isto, a Fundação cumpriu o seu primeiro grande objetivo, passando a deter como ativo um imóvel de referência, implantado numa parcela de terreno com 83.579 m², com uma área bruta de construção de 75.061 m² para uma capacidade diária de 8.000 estudantes, tendo o Campus acolhido ao longo do ano mais de 5.000 alunos da Nova SBE.

Com a conclusão da primeira fase do seu projeto comum com a Nova SBE, a Fundação Alfredo de Sousa procurou ao longo de 2023 continuar a melhorar e consolidar um conjunto de procedimentos de gestão relativamente às diversas áreas de atividade, desde logo no âmbito da relação com doadores individuais e corporativos, da gestão e manutenção do campus e da gestão dos concessionários.

b) *Fundraising* e Gestão de Doadores

Em parceria com a Nova SBE, a Fundação é responsável pela gestão da relação institucional com todos os doadores, assegurando a boa relação dos parceiros com a Fundação e com a Nova SBE e o cumprimento dos projetos e iniciativas estabelecidos aquando da constituição das respetivas parcerias.

Para além da consolidação e fecho da campanha *Fundraising* 1.0, em 2023 continuou-se com a definição das linhas orientadoras para a estratégia de *Fundraising* 2.0.

O ano de 2023 ficou também marcado pela manutenção do processo de recolha das doações comprometidas por mecenaz, o que tem representado um importante contributo para o plano de tesouraria da Fundação.

Em coordenação com as várias áreas prestadoras de serviços da Nova SBE, a Fundação tem a responsabilidade de planear e gerir a relação com os doadores no âmbito dos protocolos estabelecidos.

A nível global, e até 2023, a FAdS angariou doações num total de cerca de €74 M, dos quais €43 M destinados à construção do Campus, €12 M relativos a donativos em espécie e €19 M destinados a bolsas e projetos específicos.

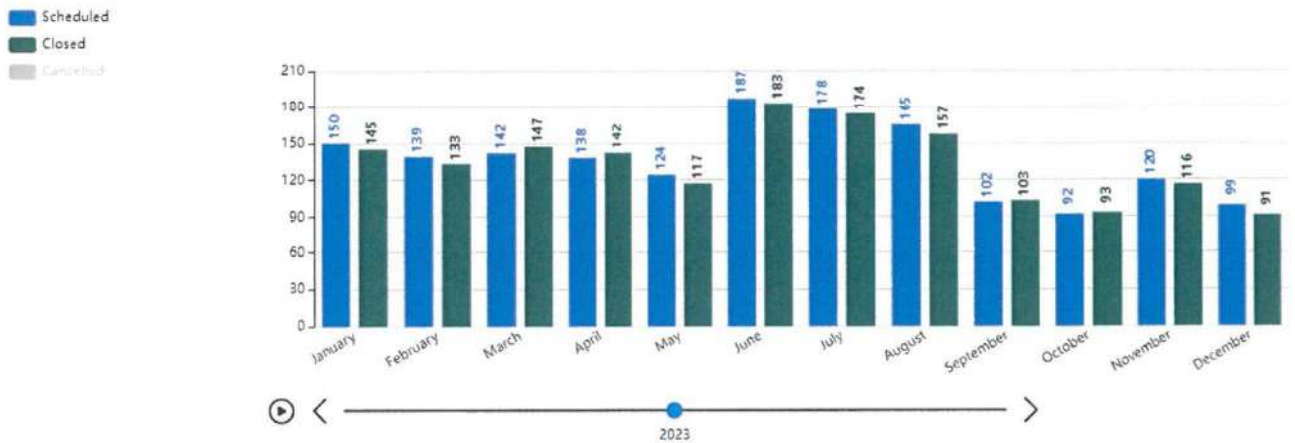
c) Manutenção e Serviços

No que concerne à manutenção do campus, durante o ano de 2023 foram efetuadas cerca de 1.636 tarefas de manutenção preventiva (-13% que em 2022) e cerca de 4.240 trabalhos corretivos ou ocorrências (+20% do que em 2022).

Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva é uma parte importante da gestão de qualquer tipo de infraestrutura, contribuindo para o aumento do tempo de vida dos equipamentos, para a diminuição do tempo de inatividade indesejado, para a redução de custos de manutenção a longo prazo e para a preservação do Campus a longo prazo. Trata-se de um tipo de manutenção que se realiza mesmo quando um equipamento mantém a sua capacidade operacional. Pode ser algo tão simples como a limpeza dos filtros nos aparelhos AVAC, uma inspeção visual ou uma lubrificação periódica, mas também inclui planos de inspeção mais complexos, planos de calibração e/ou de aferição, deteção de fugas de gás e outras revisões cíclicas. Neste âmbito, o Plano de Manutenção Preventiva preconizado e parametrizado na aplicação de gestão da manutenção foi praticamente cumprido na sua totalidade e dentro dos prazos estabelecidos.

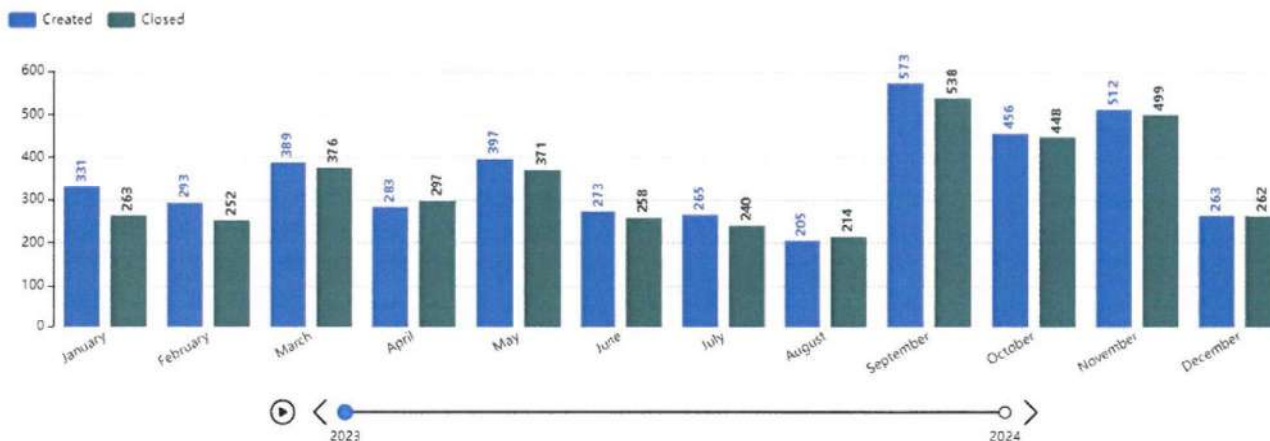
O gráfico seguinte mostra a evolução dos trabalhos de manutenção preventiva realizados ao longo do ano de 2023:



Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva é a atividade técnica executada depois da ocorrência de uma avaria e tem como objetivo restaurar/reparar/repor o ativo na condição de funcionamento como pretendido e/ou esperado. A manutenção corretiva é usada juntamente com a manutenção preventiva no sentido de otimizar a estratégia de manutenção como um todo. Alerta-se, contudo, que os números da manutenção corretiva podem estar inflacionados pois é nela que são registadas todas as atividades dos técnicos, quer se trate efetivamente de trabalhos de manutenção corretiva quer se trate de pedidos de outras áreas que não de manutenção propriamente dita, como por exemplo apoio logístico a eventos, mudanças de *layout* de salas, entre outros.

O gráfico seguinte mostra a distribuição da manutenção corretiva no ano 2023:



Em 2023 foi efetuado também um reforço da aposta na informatização desta área, apostando-se cada vez mais no uso da aplicação de gestão, de modo a conseguir-se dar uma melhor resposta, bem como medir e registar todas as atividades.

Segurança

No que concerne à segurança, foram efetuadas diversas ações de formação aos colaboradores nas seguintes áreas:

- Sensibilização de segurança (parte do *onboarding* de todos os novos colaboradores da Nova SBE);
- Evacuação de Edifícios;
- Combate a Incêndios;
- Primeiros Socorros;
- Desfibrilhação Automática Externa (DAE).

Ainda no âmbito da segurança foi efetuado um simulacro geral com a evacuação integral de todo o campus, sendo esta uma atividade a manter anualmente, juntamente com a presença diária no campus de um elemento dos Bombeiros de Carcavelos de forma a fazer face às diversas ocorrências.



Engenharia, Projetos e Obras

No que respeita à Engenharia, Projetos e Obras foram desenvolvidas algumas atividades e estudos estruturais, das quais se destacam:

- Estudos prévios para ampliação do Campus;
- Estudo prévio para ampliação da Biblioteca;
- Estudo prévio para criação de um novo espaço na galeria;
- Reformulação dos espaços de trabalho e comuns do edifício da formação de executivos;
- Projeto de transformação de alguns espaços do Campus, de modo a adequar ao crescimento da Nova SBE, nomeadamente criação de novos gabinetes de professores.

Sustentabilidade

Relativamente à sustentabilidade, o principal objetivo é tornar o Campus neutro em carbono até 2045.

Apresentam-se detalhados abaixo os principais procedimentos estabelecidos no Campus de Carcavelos:

Resíduos e plástico:

Materiais e embalagens: recolhidos pela Câmara Municipal de Cascais e encaminhados para a Tratolixo, empresa intermunicipal de gestão de resíduos urbanos;

Embalagens de bebidas: foi lançado um projeto-piloto pioneiro, em parceria com a TOMRA, para a execução de um sistema de depósito obrigatório de embalagens de bebidas comercializadas no Campus, único no país.

Outros tipos de embalagens: recolhidas seletivamente através de recipientes próprios instalados no Campus;

Resíduos elétricos e eletrónicos: depositados no Campus e entregues à ERP para reciclagem;

Resíduos têxteis: os resíduos têxteis e alimentares são entregues no Centro Paroquial de Carcavelos e distribuídos entre instituições locais e restantes beneficiários;

Resíduos alimentares: os resíduos alimentares são recolhidos nas opções de restauração disponíveis no Campus e no Pingo Doce & Go e entregues à Tratolixo para produção de composto orgânico;

Ecoceno: implementação de embalagens de take-away reutilizáveis no Campus para redução do lixo gerado pela utilização de produtos de consumo único.

Água:

Sistemas de irrigação circular: o Campus dispõe de cisternas para captação, armazenamento e conservação de água, o que permite o reaproveitamento da água da chuva para fins de rega reduzindo, assim, o consumo de água. Além disso, o Campus possui também furos para captação de água do solo, a fim de evitar infiltrações e igualmente possibilitar a sua utilização para irrigação.

Pontos de água: para encher garrafas reutilizáveis promovendo, assim, o consumo de água da torneira.

Energia:

Painéis solares e outras energias renováveis: o Campus dispõe de 924 painéis solares de 270 kW, que produzem até 20 % da energia consumida localmente, contribuindo com a autossuficiência energética e a redução das emissões de CO₂;

Iluminação LED: o Campus favorece a iluminação LED, ou qualquer outro tipo de iluminação de baixo consumo, beneficiando também da luz natural resultante da sua arquitetura moderna;

Consumo responsável: foram implementadas no Campus estratégias de monitorização, para que todos os sistemas não essenciais sejam desligados fora do horário de trabalho.

Espaços exteriores:

The Navigator Park: foi inaugurado um parque arborizado de 3000 m² com 7.900 plantas de 20 espécies resistentes às alterações climáticas. O objetivo é oferecer um espaço de lazer e recreação à comunidade escolar e municipal e, simultaneamente, estimular a biodiversidade local.

Mobilidade:

Comboios: em parceria com a CP, a Nova SBE oferece descontos especiais no passe mensal à comunidade Nova SBE;

MOBI Cascais: é igualmente disponibilizado um autocarro MOBI Cascais, que inclui a Nova SBE como ponto de destino;

Hoop Carpool: aplicação para partilha de boleias que permite à comunidade partilhar boleias de e para o Campus, reduzindo a sua pegada carbónica diária;

Bird e Superpedestrian: utilização de descontos nos serviços de mobilidade individual em trotinetes e bicicletas de e para o Campus.

Campanhas de sensibilização:

Cascais Smart Pole: No âmbito do Cascais Smart Pole, foi promovido o Sustent'Arte. Trata-se de um projeto que apoia artistas que aproveitam os resíduos encontrados no mar e nas praias para recriar figuras mundiais importantes na luta contra as alterações climáticas. As seis instalações já estão no Campus.

d) Gestão Comercial

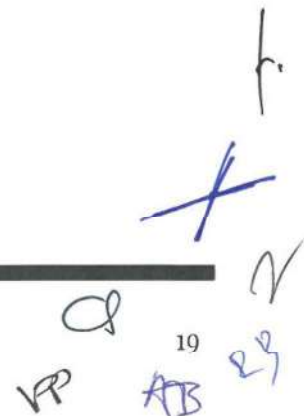
Desde o início de 2020, o Campus conta com todas as concessões em operação. Desta forma, as concessões em operação no Campus ao longo de 2022 foram as seguintes: (i) Parque de Estacionamento; (ii) Residência de Estudantes; (iii) Ginásio; (iv) Supermercado; (v) Cantina; (vi) Pizzaria; (vii) Poke (anteriormente Hamburgueria, substituição ocorreu no 2.º Semestre do ano); (viii) Padaria; (ix) Restaurante; (x) Bar; (xi) Agência Bancária; (xii) Loja de Fotocópias; (xiii) Estúdio Multimédia; e (xiv) Clínica Médica.

Ao contrário dos anos anteriores, o ano de 2023 já não teve restrições fruto da pandemia de Covid-19, com o 2.º Semestre do ano letivo 22/23 como o 1.º Semestre do ano letivo 23/24 a decorrer sem limitações e em modo 100% presencial.

O ano de 2024 ficará marcado pelo fim de alguns contratos comerciais no Campus, estando a Fundação a acompanhar de perto a situação, de forma a assegurar em tempo útil as correspondentes renovações/substituições.

e) Impacto na Nova SBE

Sendo a sua missão prosseguir “fins educacionais e científicos, mediante uma atividade de carácter predominantemente científico, através da promoção do ensino e da investigação científica, nas áreas da economia e da gestão e em atividades conexas, orientadas exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento e ao funcionamento da Nova SBE”, a Fundação Alfredo de Sousa procurou ao longo do ano de 2023 continuar a apoiar a Nova SBE em diversas vertentes, desde a gestão e operação do Campus de Carcavelos até ao financiamento de projetos específicos, ao financiamento de bolsas de estudo de alunos e à entrega de donativos. Durante o ano de 2023, a Fundação entregou à Nova SBE donativos que ascenderam a mais de €1,3 milhões para fins educacionais e científicos.



VP
19
AB
23

4. Análise da Situação Económico-Financeira

A 31 de Dezembro 2023 o Ativo da FAdS ascende a €68.901.590,94 (em 2022, €71.771.991,29). Este é composto maioritariamente por ativos fixos tangíveis (50 milhões de euros) que inclui o Campus, por ativos intangíveis (9 milhões de euros), outros ativos correntes (5,8 milhões de euros) que inclui edifícios alvo do contrato de promessa compra e venda, celebrado entre a Fundação e a Universidade Nova de Lisboa, cuja escritura se prevê realizar a curto prazo, pelos compromissos dos fundadores ainda não realizados (2,5 milhões de euros), pela rubrica de EOEP (724 mil euros) que inclui IVA a favor da FADS e pela rubrica de caixa e depósitos bancários (587 mil euros).

A realização da escritura dos edifícios alvo do contrato de promessa compra e venda, celebrado entre a Fundação e a Universidade Nova de Lisboa tem-se mantido pendente nestes últimos anos em consequência do processo de conclusão da constituição de propriedade horizontal, que se esperava ser mais rápido. É expectável que a sua conclusão ocorra em 2024.

O valor em caixa e em depósitos bancários em 2023 ascende a, respetivamente, €92,43 e €586.755,35.

A diminuição registada no Ativo (-€2.870.400,35 vs. 2022) respeita essencialmente à diminuição dos Ativos Fixos Tangíveis e dos Ativos Intangíveis fruto das depreciações e das amortizações do exercício (-2.105 mil euros) e às rubricas de Fundadores (-420 mil euros) e de Caixa e Depósitos Bancários (-359 mil euros).

Em relação ao Passivo, que totaliza €31.292.670,64 (-€3.723.726,28 vs. 2022), cumpre destacar o decréscimo de €2.909.509,20 na rubrica financiamentos obtidos fruto dos reembolsos de capital verificados ao longo do ano 2023.

O Passivo é composto maioritariamente pela rubricas de financiamentos obtidos (13 milhões de euros), por outros passivos correntes (10 milhões de euros) que inclui o adiantamento recebido relativo ao contrato de promessa de compra e de venda para a alienação de dois blocos do Campus, à Universidade Nova de Lisboa/Nova SBE, que se encontram reconhecidos em "Outros ativos correntes" e por diferimentos passivos (7,2 milhões de euros) referentes a rendimentos a reconhecer de contratos de exploração e de donativos recebidos para a exploração.

Relativamente ao serviço da dívida bancária, registou-se uma amortização do capital de €2.909.509,20, tendo sido suportados juros no montante de €721.241,02 e sido obtidos rendimentos provenientes dos swaps de taxa de juro no montante de €168.198,19.

Existem dois contratos swap contratados junto do Banco Santander Totta cuja finalidade é a cobertura parcial do risco de taxa de juro dos financiamentos obtidos junto do Banco Santander Totta e do BEI, cujo propósito foi o financiamento das obras e trabalhos inerentes à conclusão do Campus. São produtos financeiros derivados que envolvem a permuta de cash-flows, ou seja, os dois intervenientes trocam indexantes associados aos seus ativos ou passivos em que uma das variáveis é a taxa de juro, em data futura e conforme critérios pré-estabelecidos (indexados à variável da Euribor e uma taxa fixa indexada à data da contratação, ou seja, fixo até ao término do contrato e muito próximo entre si). À exceção dos contratos acima mencionados, não existem instrumentos financeiros complexos, nem existem riscos relevantes relacionados com financiamentos, dado que a Entidade tem cumprido com as suas obrigações.

De referir que a Fundação beneficiou, ao abrigo das medidas implementadas durante a pandemia, no que respeita aos financiamentos junto ao Banco Santander Totta, de moratórias (apenas de capital, por opção da Fundação) até Setembro de 2021, tendo o plano de reembolso sido deslocado 18 meses para a frente, em conformidade com o período de vigência das moratórias e a periodicidade do serviço da dívida contratual. Relativamente ao empréstimo de longo prazo do Banco Europeu de Investimento, e por esta instituição não ter sido abrangida pela legislação portuguesa relativa às moratórias, a Fundação tem beneficiado de diferimentos pontuais do serviço da dívida, de forma a não alterar a proporção inicial entre a dívida de longo prazo do Banco Santander Totta e a do Banco Europeu de Investimento.

A Fundação Alfredo de Sousa encontra-se neste momento em negociações avançadas com o Banco Santander Totta e com o Banco Europeu de Investimento, com o intuito de adaptar o perfil de reembolso da dívida de longo prazo, tendo em conta os impactos que a Fundação teve que acomodar (especialmente nos anos de 2020 e 2021), decorrente da situação pandémica, esperando-se a conclusão do processo negocial ainda durante o 1.º Semestre de 2024.

A data de término do quadro abaixo respeita às datas que foram estabelecidas nos contratos e não contempla a prorrogação do prazo decorrente do período de vigência das moratórias.

	Prazo do empréstimo (anos)	Data de término contratualizada	Data de término em negociação	Amortização	Juro	Swap (fixed rate)	Data de início
Santander Donations Bridge Facility	8	30/11/2026	15/11/2029	Anual	Euribor + 2.000%	-	30/11/2017
Santander Other Corporate Donations Facility Bridges	7	15/05/2024	15/11/2023	Semestral	Euribor + 2.000%	-	30/11/2017
Santander Long Term Facility	16	15/05/2034	15/05/2038	Semestral	Euribor + 2.500%	1.1160%	15/11/2018
Empréstimo BEI	19	15/05/2037	15/11/2040	Semestral	Euribor + 2.347%	0.9325%	15/11/2018

Os Fundos Patrimoniais da FAdS ascendem no fecho do exercício a €37.608.920,30, um aumento de €853.325,93 em relação ao ano anterior, aumento explicado sobretudo pelo aumento da rubrica de Outras Variações Patrimoniais no valor aproximado de 861 mil euros, correspondente ao valor líquido entre os donativos recebidos em 2023 (1,5 milhões de euros) aplicados na construção do Campus, de acordo com o previsto nos Estatutos da Fundação e o reconhecimento em rendimentos do montante dos donativos afetos à construção do Campus de Carcavelos (651 mil euros), na proporção das depreciações do exercício do edifício "Campus".

Rendimentos

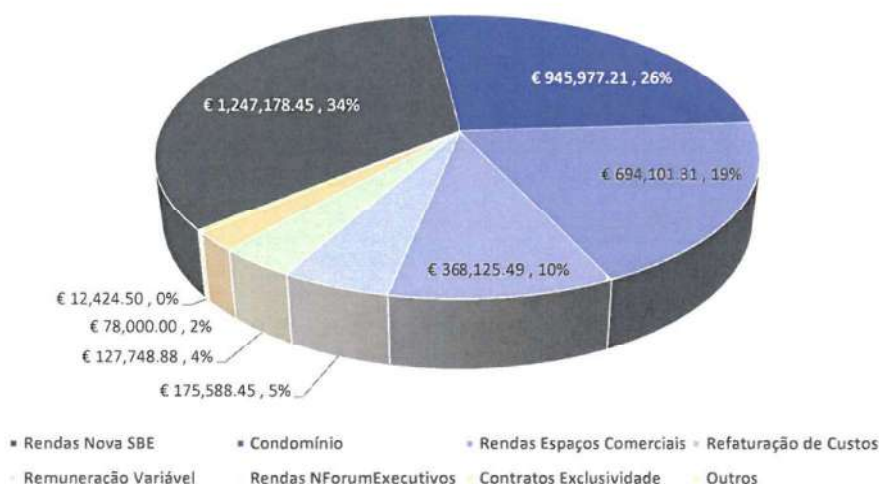
A Fundação Alfredo de Sousa obteve em 2023, no seu quinto exercício completo de atividade, rendimentos de vendas e serviços prestados que totalizaram €3.306.859,67, com um peso de 56% na totalidade dos rendimentos da Fundação. O decréscimo registado em 2023 de cerca de 12% face a 2022 (-446 mil euros) justificado, principalmente, pelo acordo de revogação com a Nova SBE referente ao programa CEMS MIM, que passou a ser completamente desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa, com produção de efeitos a partir de 1 de setembro de 2022. Em 2022, os rendimentos registados referentes a este programa ascenderam ao montante aproximado de 776 mil euros.

A principal fonte de rendimentos foi, conforme o esperado, o arrendamento das instalações do Campus que em 2023 ascenderam ao montante de €2.989.783,59. Em 2023, esta rubrica registou um acréscimo face a 2022 no valor aproximado de 398 mil euros que respeita essencialmente ao arrendamento do Grande Auditório à Nova SBE.

Em 2023 as concessões (parque de estacionamento e residência universitária) resultaram em rendimentos no montante de €226.651,58 e os contratos de exclusividade em €78.000,00.

O rendimento das concessões é reconhecido anualmente durante a vigência do contrato com a SABAPORTUGAL, SA e com a Studenthouse AMVOH, SA (25 anos e 35 anos, respetivamente, a partir do momento de início da exploração). À data de 31 de Dezembro de 2023 os rendimentos ainda por reconhecer referentes a estes contratos ascendem aos seguintes valores: SABAPORTUGAL, SA (2,5 milhões de euros) e Studenthouse AMVOH, SA (2,8 milhões de euros).

Abaixo, o detalhe da distribuição dos rendimentos por atividade.



Outros Rendimentos

A FAdS registou outros rendimentos no montante total de €1.051.162,07, (em 2022, €1.024.710,93), com um peso de 18% na totalidade dos rendimentos da Fundação, dos quais €650.965,98 correspondente ao reconhecimento proporcional de donativos em rendimentos, por contrapartida de fundos patrimoniais, na proporção da depreciação do edifício ao longo de 40 anos. Adicionalmente, a componente de refaturação de despesas ascendeu a €368.125,49 e respeita ao redébito dos consumos de eletricidade e de água às Entidades para os quais existem contratos de arrendamento e de cedência de espaço.

Em 2023, os rendimentos relativos a “Subsídios à Exploração” totalizam o montante de €1.388.200,06 (em 2022, €1.264.114,29), com um peso de 24% na totalidade dos rendimentos da Fundação e contemplam o reconhecimento em rendimentos proporcionais aos gastos de execução dos projetos em curso durante o exercício de 2023. Os projetos são financiados por donativos, sendo que o recebimento destes donativos afetos à exploração é registado na rubrica de “Rendimentos a Reconhecer”, e os rendimentos são reconhecidos na mesma medida dos gastos incorridos no ano com a execução dos fins a que foram destinados:

- ✓ O projeto Arica é um projeto desenvolvido em conjunto com a Nova SBE que visa apoiar a implementação e a atividade corrente da Biblioteca Teresa e Alexandre Soares dos Santos;
- ✓ O projeto Westmont Institute of Hospitality and Tourism destina-se ao desenvolvimento de um instituto de hospitalidade e turismo em parceria com a Nova SBE.
- ✓ O projeto Inclusive Community Forum é um projeto desenvolvido em conjunto com a Nova SBE dedicado à vida das pessoas com deficiência e à sua inclusão na sociedade; e
- ✓ As bolsas Fellowship dizem respeito a donativos recebidos para apoiar o Programa Fellowship for Excellence da Nova SBE, que premeia a excelência e a dedicação dos alunos de mestrado da escola e os prepara para alcançarem o seu potencial máximo enquanto alunos e cidadãos.

Gastos

Os gastos operacionais registados em 2023 ascenderam a €5.198.594,23 (em 2022, €6.369.340,84) e registaram um decréscimo de 18% (1,1 milhões de euros) face ao exercício anterior, que resulta essencialmente das fortes reduções das rubricas Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Gastos, que apresentaram uma evolução favorável ao longo do ano (-32% e -21%, respetivamente).

A rubrica Fornecimentos e Serviços Externos registou em 2023 uma redução de 32% face a 2022 (-704 mil euros), justificado essencialmente pela redução registada nas rubricas trabalhos especializados (-511 mil euros) que está relacionado com o acordo de revogação com a Nova SBE referente ao programa CEMS MIM, que passou a ser completamente desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa, com produção de efeitos a partir de 1 de setembro de 2022; e com a diminuição registada na rubrica de gastos com eletricidade (-118 mil euros).

A rubrica Outros Gastos registou em 2023 uma redução de 21% face a 2022 (-353 mil euros), justificado essencialmente pela redução dos donativos referentes a bolsas no âmbito do aditamento ao protocolo assinado com a NOVA SBE cujo montante anual passou de 450 mil euros para 165 mil euros. Esta rubrica inclui os donativos efetuados à Universidade Nova de Lisboa no âmbito dos projetos Arica- Biblioteca (574 mil Euros), Westmont Institute (486 mil Euros), Inclusive Community Forum (55 mil Euros) e um donativo efetuado à Universidade Nova de Lisboa, no valor de 165 mil Euros, no âmbito do protocolo assinado para o efeito. Estes donativos concedidos à Nova SBE de 165 mil euros são provenientes de receitas próprias, no cumprimento dos seus estatutos.

A redução da rubrica Gastos com o Pessoal (-25%) decorre essencialmente de uma licença de parentalidade durante o ano de 2023.

A rubrica Gastos/ Reversões de Depreciação e Amortização (€2.258.641,55) manteve em 2023 a estabilidade que se tem verificado nos últimos exercícios, com uma ligeira redução de 4% face a 2022 (-82 mil euros).

Investimentos

A Fundação continuou a investir no Campus, especialmente na adaptação de espaços. Em 2023, o investimento em ativos fixos tangíveis ficou em linha com o previsto, cifrando-se num montante de investimento total de €157.395,31.

A diminuição registada nos ativos fixos tangíveis no total de €5.240,81 respeita a um abate de equipamento básico.

Resultados

Em resultado do referido nos pontos anteriores, a Fundação Alfredo de Sousa obteve em 2023 um Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) positivo de €2.806.269,12, 39% superior face ao exercício anterior (+791 mil euros), e um Resultado líquido negativo de €8.587,29 (em 2022 -€867.336,41), uma melhoria de 99% face ao exercício anterior (+859 mil euros), que reflete a melhoria operacional verificada ao longo do ano de 2023, nomeadamente nas rúbricas de gastos, demonstrando o equilíbrio económico-financeiro da Fundação.

O facto de a Fundação registar um resultado operacional positivo e, por outro lado, um resultado líquido negativo deve-se ao impacto das depreciações do edifício, no montante de €2.258.641,55 (-81 mil euros face

a 2022), e dos gastos associados ao financiamento do Campus, no montante de €553.042,83 (+15 mil euros face a 2022).

No cumprimento dos seus estatutos, a Fundação concedeu à Nova SBE donativos de 165 mil euros provenientes de receitas próprias.



Handwritten signature and initials, including 'AB' and '24'.

5. Outros Assuntos

Imposto sobre o Valor Acrescentado

À data de 31/12/2018 foi instaurado um processo de inspeção tributária decorrente de um pedido de reembolso de IVA no montante de €594.772,19, que resultou de um ajustamento a favor do sujeito passivo do imposto autoliquidado pela Fundação na declaração periódica de IVA do 4.º trimestre de 2017.

Tal ajustamento decorreu da aplicação da taxa reduzida de imposto aos serviços de construção civil da empreitada de construção do Campus de Carcavelos adquiridos entre 2015 e 2017, o qual tinha sido autoliquidado a 23%. A Fundação fez ajustamento a seu favor decorrente da aplicação da taxa de 6% a estes serviços por cabimento na verba 2.23 da lista I anexa ao Código do IVA, segundo a qual estão sujeitas a taxa reduzida as Empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico, realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana (áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, zonas de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e outras) delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

O reembolso foi inicialmente solicitado na declaração periódica referente ao período de imposto 1712T, tendo sido a Fundação notificada do indeferimento do pedido de reembolso por não ter cumprido com a comunicação da caixa postal eletrónica nos termos do artigo 3.º, alínea f) do Despacho Normativo nº 18-A/2010. No seguimento deste indeferimento a Fundação voltou a solicitar o reembolso na declaração periódica referente ao período de imposto 1803T.

Após regularização da situação referente à caixa postal, a Fundação foi notificada do projeto de relatório de inspeção tributária, o qual propunha correções no montante de €991.557,08 por “incorreta aplicação da taxa reduzida a operação sem previsão legal na lista I anexa ao CIVA e na regularização indevida de imposto.”

Não concordando com tais correções, a Fundação exerceu o seu direito de audição. No seguimento do referido direito de audição foi a Fundação notificada do Relatório Final de Correções do qual recorreu pela via de submissão de um Recurso Hierárquico, a 13/03/2021, da Notificação de Indeferimento de Reembolso n.º 103019079, na sequência da Ordem de serviço n.º OI201803323/OI201804989 dos Serviços de Inspeção Tributária. À presente data o referido Recurso encontra-se ainda em apreciação pelos serviços tributários.

A este propósito cumpre referir que a já mencionada verba 2.23 estabelece que, para aplicação da taxa reduzida de IVA a uma empreitada de reabilitação urbana esta deverá ser realizada:

- i) Em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana delimitadas nos termos legais, ou
- ii) No âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

Como tem vindo a Fundação a defender junto da Autoridade Tributária, resulta claro da letra da lei que para que uma empreitada de reabilitação urbana seja considerada como tal deverá cumprir apenas com um dos dois requisitos alternativos da provisão legal acima transcrita, estando a aplicação da taxa reduzida apenas dependente do preenchimento de um dos dois requisitos ali avançados.

Não obstante a mera relação de alternatividade destas condições e conseqüente necessidade de estar preenchido apenas um dos requisitos, a Fundação cumpre com ambos os requisitos, conforme se pode demonstrar por via dos avisos publicados em Diário da República e pelas propostas da Câmara de Cascais, bem como pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2012, de 10 de julho de 2012.

Em consequência da ação inspetiva, a Autoridade Tributária praticou os seguintes atos:

- i) Indeferiu o pedido de reembolso de IVA no valor de €594.772,19; e
- ii) Emitiu as liquidações adicionais de IVA no montante global de €406.418,52, as quais correspondem à diferença entre o IVA autoliquidado à taxa de 6% e que, no seu entendimento, deveria ter sido liquidado à taxa de 23%.

Em face dos atos praticados pela Autoridade Tributária, a Fundação reagiu por duas vias distintas e autónomas:

- i) Ação administrativa judicial quanto ao pedido de reembolso; e
- ii) Reclamação graciosa quanto às liquidações adicionais.

Estado do processo (Ação Administrativa Judicial): Relativamente ao indeferimento do pedido de reembolso, a Fundação apresentou, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, ação administrativa judicial, nos termos da qual sustentou a validade do seu procedimento e o seu direito ao reembolso solicitado.

Estado do processo (Impugnação Arbitral): No que concerne às liquidações adicionais de IVA emitidas, a Fundação apresentou reclamação graciosa junto da Direção de Finanças de Lisboa. Apesar de os factos apresentados sustentarem a legalidade do procedimento tributário adotado pela Fundação, a reclamação graciosa foi expressamente indeferida, mantendo aquela entidade os argumentos anteriormente expandidos no relatório de inspeção tributária.

Em reação a tal decisão de indeferimento, a Fundação interpôs impugnação arbitral junto do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), tendo a ação transitado em julgado em fevereiro de 2021, com uma decisão totalmente favorável à Fundação, que culminou com a devolução em 24/06/2022 da garantia bancária apresentada pela Fundação neste processo, pelo que à data do fecho das contas já não se encontra nenhum processo de execução fiscal na Autoridade Tributária. Foi, entretanto, requerido ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra a junção aos autos desta decisão arbitral, tendo em conta a identidade factual e jurídica nas matérias em contenda em ambos os litígios.

Adicionalmente, no dia 21/03/2024, na sequência do pedido efetuado à Autoridade Tributária através do e-balcão, foi recebida a conta corrente da Fundação de IVA da Autoridade Tributária, onde se encontram reconhecidos como pagamentos em excesso de IVA, a favor da Fundação, o montante de €641.875,37 no período de julho de 2018 a abril de 2022.

Não foi constituída nenhuma perda de imparidade relativa ao pedido de reembolso de IVA no valor de €594.772,19, pois é entendimento do Conselho de Administração da Fundação, tendo em conta o resultado do procedimento arbitral relativo às liquidações adicionais e a informação fornecida junto dos advogados (CCR Legal) mandatados pela Fundação, que a ação venha a ser julgada como favorável às pretensões da Fundação e que esta venha a receber o valor do pedido de reembolso solicitado.

Posteriormente, e no seguimento de nova ação de inspeção tributária, a Autoridade Tributária efetuou correções em sede de IVA e emitiu liquidações adicionais de imposto, referentes aos períodos de tributação de abril, julho e agosto de 2019, das quais resultaram correções no montante global de €63.223,46. Neste contexto, e à semelhança do que sucedera no passado, a 31 de agosto de 2023, a Fundação apresentou pedido de revisão oficiosa daqueles atos tributários perante a Autoridade Tributária, não se tendo até à data a Autoridade Tributária pronunciado sobre o mesmo. Perante o indeferimento tácito de tal pedido, a 1 de abril de 2024 a Fundação apresentou pedido de pronúncia arbitral com idênticos fundamentos ao procedimento arbitral anterior (que recordemos transitou em julgado em fevereiro de 2021, com uma decisão totalmente favorável à Fundação), aguardando-se neste momento a constituição do tribunal arbitral. Seguidamente, a Autoridade Tributária será notificada para apresentar a sua resposta. Subsequentemente, as partes serão notificadas para apresentar alegações escritas. Por fim, aguardar-se-á a prolação de decisão arbitral. De acordo com os advogados da Fundação (CCR Legal), e dado o desfecho positivo de anteriores processos tributários que versam sobre idêntica questão, é seu entendimento de ser alta a probabilidade de sucesso, estimando-se a prolação de decisão final no decurso do ano de 2024.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number 26 and initials AB.

Garantias prestadas pela Fundação

Em 2017 foram constituídas duas hipotecas a favor do Banco Santander Totta, uma delas na qualidade de agente de garantias do financiamento entre si e o Banco Europeu de Investimento, por tempo indeterminado, para garantia do financiamento bancário e juros, sobre o direito de superfície que tem por objeto o prédio urbano composto por parcela de terreno destinado à execução do Campus de Carcavelos, com o montante máximo assegurado de aproximadamente 23 milhões de euros e de 15 milhões de euros, respetivamente.

Não existem outras garantias prestadas pela Fundação para além das duas hipotecas referidas anteriormente.

No final de 2023, o montante em dívida ao abrigo do financiamento referido acima ascendia a 13,1 milhões de euros.

Perspetivas para o Futuro

O ano de 2023 foi antes de mais um ano que permitiu definir a forma de intervenção para os próximos anos da Fundação Alfredo de Sousa. Foi o 3.º ano do mandato do atual Conselho de Administração, eleito para o mandato 2021-23, e marca o 2.º ano de aplicação do novo modelo de governo entre a Nova SBE e a Fundação Alfredo de Sousa, durante o qual decorreu o processo de eleição do Professor Pedro Oliveira como Dean da Nova SBE para o mandato 2023-26.

Com o trabalho desenvolvido ao longo do ano, a Fundação Alfredo de Sousa está agora preparada para enfrentar os próximos anos e, em especial, para continuar a agregar parceiros em torno deste projeto único no contexto português, dando, assim, maior conteúdo à sua missão de apoiar o desenvolvimento da Nova SBE.

De realçar os seguintes pontos para o futuro, cujas bases foram sendo lançadas ao longo deste ano, e que serão iniciativas com especial importância na vida da Fundação nos próximos anos:

1. Concretização da iniciativa Fundraising 2.0, dando sequência ao projeto iniciado em 2015 – com o foco colocado na captação de novos parceiros e no reforço da relação com os existentes, de forma a reforçar o apoio à NOVA SBE (se possível, em perpetuidade), desde logo no reforço da qualidade do seu quadro académico, no reforço do apoio a alunos através de bolsas de estudo, no desenvolvimento de novos programas de formação, no estreitar da colaboração entre a Escola e as empresas, em suma, na continuação da criação de condições para que a NOVA SBE se consolide entre as mais reconhecidas *business schools* do mundo;
2. Redefinição da oferta de restauração – de forma a compatibilizar a oferta de restauração com as necessidades da comunidade do Campus de Carcavelos (com um enfoque particular nos alunos), criando soluções favoráveis para os vários *stakeholders*;
3. Contínua adaptação do campus – a Fundação Alfredo de Sousa tem dado resposta, e conta continuar a dar, às necessidades de utilização do campus da NOVA SBE, adaptando-o a cada momento às necessidades que têm surgido fruto principalmente de um crescente número de alunos e de uma oferta educativa progressivamente mais alargada (que não teria sido possível sem o contributo do Campus de Carcavelos).

6. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, findo a 31 de Dezembro de 2023, no valor negativo de €8.587,29 (oito mil e quinhentos e oitenta e sete euros e vinte e nove cêntimos) seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

7. Compromissos Assumidos pelos Doadores

De seguida apresenta-se o quadro com os compromissos assumidos por vários doadores, a serem recebidos no decorrer dos próximos anos e que não se encontram refletidos nas Demonstrações Financeiras, pois só serão reconhecidos à medida que forem sendo recebidos, por uma questão de prudência:

Valores expressos em euros

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Valores comprometidos	3.144.917	1.634.917	1.218.667	1.218.667	600.000	570.000	150.000	8.537.168

8. Factos Relevantes Ocorridos após o Termo do Exercício

No dia 6 de Fevereiro de 2024, João Sàágua renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Curadores.

No dia 25 de Março de 2024, Miguel Pinto Luz renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, não tendo ainda sido nomeado à presente data o novo Presidente do Conselho de Administração.

Para além do referido acima, o Conselho de Administração informa não ter conhecimento de outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2023, até à presente data, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao período findo a 31 de dezembro de 2023 não estão assinadas pelo Presidente do Conselho de Administração pois à data da sua emissão não existia Presidente do Conselho de Administração em funções.

9. Agradecimentos

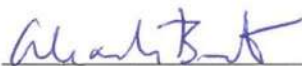
O Conselho de Administração da Fundação Alfredo de Sousa agradece uma vez mais a todos os seus *stakeholders* – instituidores, doadores, parceiros, antigos alunos, professores e staff da Nova SBE, colaboradores e alunos – que muito contribuíram para o desenvolvimento das suas atividades durante o ano de 2023.

Sem o apoio de todos os seus *stakeholders*, o contínuo desenvolvimento deste ambicioso projeto, absolutamente inovador no panorama educativo em Portugal e na conjugação de objetivos que representa entre entidades públicas nacionais, locais e entidades privadas, não teria sido possível. É pelo compromisso de cada um destes *stakeholders* que a Fundação Alfredo de Sousa e o Campus de Carcavelos são hoje uma realidade.

O desafio continua a ser olhar para o futuro com a mesma ambição que quando o Campus de Carcavelos não passava de uma ideia remota e longínqua, com o intuito de catapultar a Nova SBE cada vez mais para um lugar de destaque a nível mundial!

Carcavelos, 29 de Abril de 2024

Vogal do Conselho de
Administração



Alexandra Brandão

Vogal do Conselho de
Administração



António Casanova

Vogal do Conselho de
Administração



António Nogueira Leite

Vogal do Conselho de
Administração



Clara Streit

Vogal do Conselho de
Administração



Henrique de Castro

Vogal do Conselho de
Administração



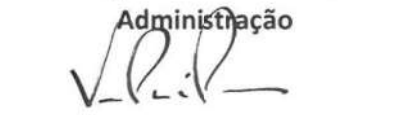
Henrique Soares dos Santos

Vogal do Conselho de
Administração



Rui Diniz

Vogal do Conselho de
Administração




Vera Pinto Pereira

Fundação Alfredo de Sousa

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

17
CS
ASB
2 23

Handwritten signature and date in blue ink. The signature is a stylized 'A' with a vertical line extending upwards. Below it are the initials 'CS', 'ASB', and the date '2 23'.

Índice das demonstrações financeiras

Balço	1
Demonstração dos resultados por naturezas	2
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	3
Demonstração dos fluxos de caixa	4
Anexo às demonstrações financeiras	5
1 Introdução.....	5
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	5
3 Principais políticas contabilísticas	6
4 Fluxos de caixa	16
5 Ativos fixos tangíveis	17
6 Ativos intangíveis	18
7 Investimentos financeiros	19
8 Créditos a receber	19
9 Estado e outros entes públicos	20
10 Fundadores	21
11 Outros ativos correntes	22
12 Diferimentos	22
13 Movimentos nos fundos patrimoniais.....	23
14 Fornecedores	25
15 Financiamentos obtidos.....	25
16 Outros passivos correntes	27
17 Prestação de Serviços	28
18 Subsídios à exploração	29
19 Fornecimentos e serviços externos.....	30
20 Gastos com pessoal.....	31
21 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	32
22 Outros rendimentos	32
23 Outros gastos	33
24 Gastos/reversões de depreciação e de amortização	33
25 Juros e rendimentos similares obtidos	33
26 Juros e gastos similares suportados	34
27 Imposto sobre o rendimento do período.....	34
28 Partes relacionadas.....	36
29 Informações exigidas por Diplomas Legais	37
30 Garantias reais	37
31 Processos judiciais contra a Fundação	37
32 Compromissos assumidos pelos doadores.....	40
33 Acontecimentos após a data do balanço	41

Handwritten signature

Handwritten marks and signatures:
A large blue 'X' mark.
A signature in blue ink.
Handwritten numbers: 17, 12, 129, and the letters AB.

Balanço

Valores expressos em euros

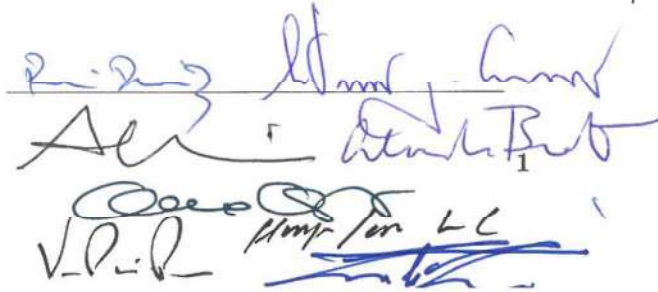
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	49.812.692,78	51.594.320,50
Ativos intangíveis	6	9.223.548,71	9.547.070,39
Investimentos financeiros	7	1.807,63	2.622,57
Fundadores	10	2.100.000,00	2.520.000,00
		61.138.049,12	63.664.013,46
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	196.376,90	184.198,36
Estado e outros entes públicos	9	724.832,39	714.056,72
Fundadores	10	420.000,00	420.000,00
Outros ativos correntes	11	5.811.940,10	5.809.213,01
Diferimentos	12	23.544,65	34.638,03
Caixa e depósitos bancários	4	586.847,78	945.871,71
		7.763.541,82	8.107.977,83
Total do ativo		68.901.590,94	71.771.991,29
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	22.087.401,00	22.087.401,00
Resultados transitados	13	(7.864.110,97)	(6.996.774,56)
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	23.394.217,56	22.532.304,34
		37.617.507,59	37.622.930,78
Resultado líquido do período	13	(8.587,29)	(867.336,41)
Total dos Fundos Patrimoniais		37.608.920,30	36.755.594,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	8.392.675,44	12.759.688,77
		8.392.675,44	12.759.688,77
Passivo corrente			
Fornecedores	14	522.004,98	190.066,87
Estado e outros entes públicos	9	92.740,40	73.680,95
Financiamentos obtidos	15	4.748.206,16	3.290.702,03
Outros passivos correntes	16	10.317.233,86	10.763.584,66
Diferimentos	12	7.219.809,80	7.938.673,64
		22.899.995,20	22.256.708,15
Total do Passivo		31.292.670,64	35.016.396,92
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		68.901.590,94	71.771.991,29

O anexo faz parte integrante do balanço do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado
(Hugo Gonçalves)



O Conselho de
Administração



Demonstração dos resultados por naturezas

Valores expressos em euros

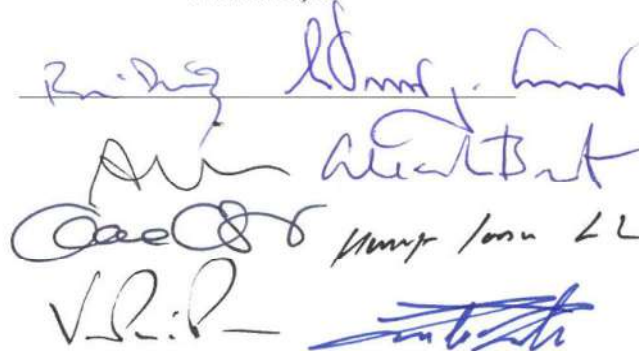
Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	17	3.306.859,67	3.753.074,90
Subsídios à exploração	18	1.388.200,06	1.264.114,29
Fornecimentos e serviços externos	19	(1.474.601,70)	(2.178.162,69)
Gastos com o pessoal	20	(95.703,33)	(128.154,18)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	-	1.771,20
Outros rendimentos	22	1.051.162,07	1.024.710,93
Outros gastos	23	(1.369.647,65)	(1.722.549,59)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e		2.806.269,12	2.014.804,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(2.258.641,55)	(2.340.474,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		547.627,57	(325.669,52)
Juros e rendimentos similares obtidos	25	168.198,19	-
Juros e gastos similares suportados	26	(721.241,02)	(537.968,83)
Resultados antes de impostos		(5.415,26)	(863.638,35)
Imposto sobre o rendimento do período	27	(3.172,03)	(3.698,06)
Resultado líquido do período		(8.587,29)	(867.336,41)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado
(Hugo Gonçalves)



O Conselho de
Administração



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	Fundos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do fundo patrimonial
A 1 de janeiro de 2022		22.087.401,00	20.778.091,50	(5.655.496,04)	(1.341.278,52)	35.868.817,94	35.868.817,94
Alterações no período							
Aplicação de Resultados do período anterior	13	-	-	(1.341.278,52)	1.341.278,52	-	-
Resultado líquido do período							
Resultado integral							
Operações com os Fundadores							
Doações recebidas	13	-	2.281.236,53	-	-	2.281.236,53	2.281.236,53
Outras operações	13	-	(527.133,69)	-	1.341.278,52	814.154,83	814.154,83
A 31 de dezembro de 2022		22.087.401,00	22.532.304,34	(6.996.774,56)	(867.336,41)	36.755.594,37	36.755.594,37
A 1 de janeiro de 2023		22.087.401,00	22.532.304,34	(6.996.774,56)	(867.336,41)	36.755.594,37	36.755.594,37
Alterações no período							
Aplicação de Resultados do período anterior	13	-	-	(867.336,41)	867.336,41	-	-
Resultado líquido do período							
Resultado integral							
Operações com os Fundadores							
Doações recebidas	13	-	1.512.879,20	-	-	1.512.879,20	1.512.879,20
Outras operações	13	-	(650.965,98)	-	867.336,41	216.370,43	216.370,43
A 31 de dezembro de 2023		22.087.401,00	23.394.217,56	(7.864.110,97)	(8.587,29)	37.608.920,30	37.608.920,30

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado
(Hugo Gonçalves)



O Conselho de
Administração



Demonstração dos fluxos de caixa

Valores expressos em euros

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4.200.777,45	4.194.940,65
Pagamentos a fornecedores		(1.777.329,52)	(2.479.512,84)
Pagamento de donativos		(1.059.717,00)	(1.638.195,26)
Pagamento de bolsas		(271.954,54)	(57.778,23)
Pagamentos ao pessoal		(49.800,13)	(71.297,44)
Caixa gerada pelas operações		1.041.976,26	(51.843,12)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		28.410,74	31.783,28
Outros recebimentos/pagamentos		(634.354,73)	(544.821,89)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		436.032,27	(564.881,73)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.124,59	720,91
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(142.770,17)	(288.393,46)
Ativos intangíveis		-	(144.285,29)
Investimentos financeiros		(334,77)	(970,05)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(141.980,35)	(432.927,89)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de fundos e de outros fundos patrimoniais		420.000,00	420.000,00
Doações		2.410.664,39	3.351.947,75
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.909.509,65)	(2.900.545,40)
Juros e gastos e similares		(574.230,59)	(499.344,74)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(653.075,85)	372.057,61
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	945.871,71	1.571.623,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	586.847,78	945.871,71

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado
(Hugo Gonçalves)



O Conselho de
Administração



Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A FUNDAÇÃO ALFREDO DE SOUSA (“Fundação” ou “FAdS”) é uma fundação sem fins lucrativos, com sede em Cascais, constituída em novembro de 2015, que prossegue fins educacionais e científicos, mediante uma atividade de caráter predominantemente científico, através da promoção do ensino e da investigação científica, nas áreas da economia e gestão e em atividades conexas, orientadas exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento e ao funcionamento da Nova School of Business and Economics (Nova SBE).

Decorrente das suas atividades, a Fundação recebe donativos destinados à construção e manutenção do Campus de Carcavelos, para além de donativos destinados a bolsas de estudo para alunos e a projetos nas áreas de Investigação e Desenvolvimento de Ciências Sociais.

Para além do arrendamento do campus à Nova SBE e à NForumExecutivos, a Fundação realiza ainda contratos de cedência de espaço tendo em vista a exploração e realização de atividades variadas no campus, nomeadamente no que diz respeito à área destinada à residência universitária, restauração, estacionamento, ginásio, entre outros.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram assinadas pelo Conselho de Administração, no dia 17 de abril de 2024.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2023, da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do período anterior, à exceção das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e das Prestações de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a checkmark, and initials 'AB' at the bottom right.

Serviços, em virtude do exercício de 2022 incluir gastos e rendimentos relativos ao programa CEMS MIM. Em fevereiro de 2022 foi assinado um acordo de revogação com a Universidade Nova de Lisboa com produção de efeitos a partir de 1 de setembro de 2022, data da cessação, pelo que o ano lectivo 2022/2023 deste programa passou a ser completamente desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – Entidades do Setor Não Lucrativo em vigor à data das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras em vigor à data das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, à taxa mínima, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A opção da Fundação pela aplicação das taxas mínimas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro de 2009, é justificada pela adequação do ponto de vista económico à sua atividade e à uniformização com o setor escolar, sendo que a expectativa de vida útil dos bens afetos aos parques escolares nacionais é superior à que resultaria da aplicação das taxas máximas referidas no decreto mencionado.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta duodecimal durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe Homogénea	Anos
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	40
Equipamento básico	5 - 13
Outros ativos fixos tangíveis	16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and the initials 'AB'.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

b) Ativos intangíveis

A Fundação reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, que exercer o controlo sobre o mesmo, que seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Fundação e que o seu custo possa ser fielmente mensurado.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Atendendo à elevada componente tecnológica do Campus de Carcavelos, estima-se que a vida útil da tecnologia aplicada no Campus, por ser a mais avançada no mercado, seja superior às tecnologias mais correntes no mercado, não sendo expectável a sua desatualização ou que se torne obsoleta antes do término da vida útil refletida nas contas da Fundação.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta duodecimal durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Como o direito de superfície foi concedido a 16/11/2015 por um período de 50 anos e apesar de ser automaticamente prorrogável por períodos de 25 anos, optou-se numa perspetiva de prudência de amortizar o direito de superfície pelo período de 50 anos.

A vida útil do direito de superfície é de 50 anos e a vida útil do Software é de 6 anos.

c) Especializações dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são

faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados, desde que fiavelmente mensuráveis.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

d) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos Fundos Patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos Fundos Patrimoniais.

As entidades que adotam a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) somente relevam o imposto corrente. A obrigação integral da NCRF 25 para as ESNL, o que implica o reconhecimento de impostos diferidos, aplica-se apenas quando as ESNL adotam o modelo de revalorização na mensuração de ativos fixos tangíveis.

O rendimento global sujeito a imposto é composto pela soma algébrica dos rendimentos líquidos respeitantes às várias categorias, determinados nos termos do IRS, nomeadamente: i) rendimentos empresariais e profissionais, ii) rendimentos de capitais, iii) rendimentos prediais e iv) incrementos patrimoniais.

Dado se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, para efeitos de determinação da matéria coletável, ao rendimento global auferido pelas fundações deverão ser deduzidos os gastos comprovadamente relacionados com a realização dos fins de natureza social, cultural, ambiental, desportiva ou educacional, prosseguidos por fundações, desde que não exista qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

Os gastos comprovadamente indispensáveis à obtenção dos rendimentos que não tenham sido considerados na determinação do rendimento global - nos termos acima referidos - e que não estejam especificamente ligados à obtenção dos rendimentos não sujeitos ou isentos de IRC são deduzidos, no todo ou em parte, a esse rendimento global, para efeitos de determinação da matéria coletável, de acordo com as seguintes regras:

- i) Se estiverem apenas ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, são deduzidos na totalidade ao rendimento global;
- ii) Se estiverem ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, bem como à obtenção de rendimentos não sujeitos ou isentos, deduz-se ao rendimento global a parte dos gastos comuns que for imputável aos rendimentos sujeitos e não isentos. Para estes efeitos, a parte dos gastos comuns a imputar é determinada através da repartição proporcional daqueles ao

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including a large blue 'X' mark, the number '9', and initials 'PP', 'CS', 'V.', and 'AIS'.

total dos rendimentos brutos sujeitos e não isentos e dos rendimentos não sujeitos ou isentos, ou de acordo com outro critério considerado mais adequado e aceite pela Autoridade Tributária ("AT").

Conferem para as atividades isentas, as operações relacionadas com os donativos.

No que respeita à atividade sujeita, foram consideradas as operações de concessões, cedências de espaços no Campus de Carcavelos.

Durante o ano de 2020 foi obtido o estatuto de utilidade pública e posteriormente foi solicitado à Autoridade Tributária e Aduaneira o reconhecimento da isenção em sede de IRC, encontrando-se a Fundação ainda a aguardar o diferimento por parte da Autoridade Tributária.

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- ✓ Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- ✓ Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo incluem:

- ✓ Caixa e depósitos bancários;
- ✓ Créditos a receber e outros ativos correntes;
- ✓ Financiamentos concedidos;
- ✓ Fornecedores e outros passivos correntes;
- ✓ Financiamentos obtidos.

i. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de doze meses.

ii. Créditos a receber e outros ativos correntes

Os saldos dos créditos a receber e outros ativos correntes são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

iii. Financiamentos concedidos

Os financiamentos concedidos são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

iv. Fornecedores e outros passivos correntes

Os saldos de fornecedores e outros passivos correntes são registados ao custo.

v. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao valor nominal.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas no período correspondente.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

f) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros

transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Outras variações nos fundos patrimoniais

A variação patrimonial corresponde a donativos associados a ativos não correntes que são inicialmente reconhecidos em fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na mesma proporção das depreciações dos ativos com os quais se relacionam.

h) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Fundação) são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor, na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

Em 2023 e 2022, não existem saldos em aberto (em moeda estrangeira) e todas as transações foram registadas ao câmbio da data de fatura e respetivo pagamento, bem como todas as diferenças decorrentes entre eles estão refletidas em resultados.

i) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ✓ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ✓ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- ✓ Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ✓ A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

j) Gastos/rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e de empréstimos concedidos e os rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Em 2023 e 2022 os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

k) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não existem acontecimentos subsequentes à data de fecho das contas que devam ser registados nas contas referentes a 31/12/2023 ou divulgadas no anexo.

VP
13
RP
AB

3.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Fundação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável na totalidade.

A Fundação revê, com uma periodicidade anual, os pressupostos que estão na base do julgamento dos testes de imparidade em ativos intangíveis de vida útil. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e aos pressupostos do negócio utilizado pela gestão.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Fundação.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Fundação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Fundação situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou que coloquem mesmo em causa a continuidade da Fundação, tal como referido na nota 29 – Eventos subsequentes.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.6 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. Não foram detetadas situações que levem ao registo de provisões.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

h
15
VP
CS
128
ATB

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Não há situações de passivos contingentes que devam ser divulgados neste anexo.

3.7 Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.8 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

3.9 Erros materialmente relevantes de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

4 Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica "Caixa e depósitos bancários" apresenta os seguintes valores:

	31/12/23	31/12/22
Caixa	92,43	92,43
Depósitos à ordem	586.755,35	945.779,28
Depósitos bancários	586.755,35	945.779,28
Caixa e seus equivalentes	586.847,78	945.871,71

5 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos registados em rubricas do “Ativo fixo tangível” foram como se segue:

Período	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Outros AFT	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
A 1 de janeiro de 2022					
Custo histórico	57.385.306,73	1.860.751,51	95.400,00	120.197,85	59.461.656,09
Depreciação acumulada	(5.896.574,28)	(404.343,40)	(6.459,38)	-	(6.307.377,06)
Valor líquido	51.488.732,45	1.456.408,11	88.940,62	120.197,85	53.154.279,03
A 31 de dezembro de 2022					
Aquisições	215.671,47	239.907,97	-	-	455.579,44
Transferências	120.197,85	-	-	(120.197,85)	-
Depreciação	(1.780.243,50)	(229.331,97)	(5.962,50)	-	(2.015.537,97)
Valor líquido final	50.044.358,27	1.466.984,11	82.978,12	-	51.594.320,50
A 1 de janeiro de 2023					
Custo histórico	57.721.176,05	2.100.659,48	95.400,00	-	59.917.235,53
Depreciação acumulada	(7.676.817,78)	(633.675,37)	(12.421,88)	-	(8.322.915,03)
Valor líquido	50.044.358,27	1.466.984,11	82.978,12	-	51.594.320,50
A 31 de dezembro de 2023					
Aquisições	122.341,88	21.242,49	2.452,31	11.358,63	157.395,31
Abates	-	(5.240,81)	-	-	(5.240,81)
Depreciação	(1.783.715,76)	(145.410,96)	(5.993,15)	-	(1.935.119,87)
Depreciação - abate	-	1.337,65	-	-	1.337,65
Valor líquido final	48.382.984,39	1.338.912,48	79.437,28	11.358,63	49.812.692,78
Custo histórico	57.843.517,93	2.116.661,16	97.852,31	11.358,63	60.069.390,03
Depreciação acumulada	(9.460.533,54)	(777.748,68)	(18.415,03)	-	(10.256.697,25)
Valor líquido	48.382.984,39	1.338.912,48	79.437,28	11.358,63	49.812.692,78

Em 2023, os aumentos registados na rubrica “Edifícios e Outras Construções” correspondem, especialmente à adaptação de espaços do Campus.

Em 2022, os aumentos registados na rubrica “Edifícios e Outras Construções” correspondem, essencialmente, à transferência do montante inscrito na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis em Curso”, correspondente à construção do “Centro HADDAD” após a sua conclusão e à construção do Estúdio Fidelidade 2 Nova SBE.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem situações de perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis a registar. No que respeita essencialmente aos edifícios, o valor de construção e o valor de mercado dos imóveis nesta zona têm sofrido uma grande valorização nos últimos anos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 17.

6 Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos na rubrica dos “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

Período	Direitos de Superfície	Software	Total
A 1 de janeiro de 2022			
Custo histórico	9.777.401,00	609.426,27	10.386.827,27
Depreciação acumulada	(285.104,20)	(232.304,41)	(517.408,61)
Valor líquido	9.492.296,80	377.121,86	9.869.418,66
A 31 de dezembro de 2022			
Aquisições	-	2.588,14	2.588,14
Depreciação	(221.752,12)	(103.184,29)	(324.936,41)
Valor líquido final	9.270.544,68	276.525,71	9.547.070,39
A 1 de janeiro de 2023			
Custo histórico	9.777.401,00	612.014,41	10.389.415,41
Depreciação acumulada	(506.856,32)	(335.488,70)	(842.345,02)
Valor líquido	9.270.544,68	276.525,71	9.547.070,39
A 31 de dezembro de 2023			
Aquisições	-	-	-
Depreciação	(221.752,12)	(101.769,56)	(323.521,68)
Valor líquido final	9.048.792,56	174.756,15	9.223.548,71
Custo histórico	9.777.401,00	612.014,41	10.389.415,41
Depreciação acumulada	(728.608,44)	(437.258,26)	(1.165.866,70)
Valor líquido	9.048.792,56	174.756,15	9.223.548,71

Os ativos intangíveis respeitam essencialmente ao direito de superfície do terreno onde está instalado e construído o “Campus Nova SBE” e que constitui a contribuição do Município de Cascais para a Fundação Alfredo de Sousa através de uma entrada em espécie. Este direito de superfície foi concedido em 16-11-2015 pelo Município de Cascais à Fundação, pelo prazo de 50 anos, automaticamente prorrogável por períodos de 25 anos, salvo no caso de a Fundação denunciar o contrato sobre o terreno situado em Carcavelos, onde foi construído o novo Campus, sito na Avenida Marginal. A este direito de superfície foi atribuído provisoriamente o montante de 162.400 euros, mas ficou logo estabelecido que este valor seria atualizado após ser concluída a litigância contra o Município de Cascais dos antigos proprietários. Terminados os processos contra o Município de Cascais em 2019, a BDO & Associados, SROC, Lda, entidade que tinha emitido o relatório de entradas em espécie, elaborou um relatório alterando o montante de entrada em espécie do Município de Cascais e o Fiscal Único da Fundação emitiu um parecer favorável. Com base nos documentos referidos, o Conselho de Administração deliberou em 2020 que a entrada em espécie do Município de Cascais, constituída pelo valor do direito de superfície, passasse a ser de 9.777.401,00 Euros, tendo sido registado em 2020, o valor atualizado do direito de superfície ao ano 2015.

Não há indícios que levem à realização de testes de imparidade uma vez que desde 2020 tem-se assistido a uma enorme valorização do imobiliário, sendo que a zona de Carcavelos tem registado

18
AB

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'B' and 'R' and a signature.

desde janeiro de 2019 um impacto positivo nos valores das rendas e nos preços dos imóveis devido à localização do Campus.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem situações de perdas de imparidade de ativos intangíveis a registar.

7 Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Investimentos financeiros” apresenta o seguinte saldo:

	31/12/23	31/12/22
Fundo de compensação	1.807,63	2.622,57
Outros investimentos financeiros	1.807,63	2.622,57

As entregas mensais para o FCT (Fundo Compensação de Trabalho), efetuadas pela entidade empregadora é investimento financeiro, que só será anulado no momento de cessação do contrato de trabalho (ou por atualizações do justo valor). Foi acumulado o valor de 1.807,63 Euros em 2023.

A diminuição verificada face ao ano de 2022 justifica-se com a cessação das contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho em maio de 2023, com a entrada em vigor das alterações ao Código do Trabalho e a suspensão das contribuições para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, durante a vigência do Acordo de Médio Prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade. Assim, as entidades patronais já não são obrigadas a comunicar aos Fundos de Compensação os novos contratos de trabalho que celebrarem com os seus trabalhadores.

Contudo, caso existam valores anteriores a abril de 2023 em dívida, as empresas terão de regularizar a situação, liquidando as devidas contribuições tanto para o Fundo de Compensação do Trabalho como para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho.

8 Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Créditos a receber” apresenta os seguintes valores:

	31/12/23	31/12/22
Cientes	31.956,24	94.592,05
Devedores por acréscimos de rendimentos	164.420,66	89.606,31
Cientes de cobrança duvidosa	2.706,00	2.706,00
Imparidade de clientes (nota 21)	(2.706,00)	(2.706,00)
Total Créditos a receber	196.376,90	184.198,36

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature, the number 19, and initials such as VP, AB, and others.

O montante referente às imparidades de dívidas a receber foi constituído no período de 2021. No período de 2022, houve uma reversão de 1.771,20 Euros. Em 2023 não se verificaram quaisquer alterações. (ver nota 21)

A rubrica de “Créditos a receber” registou, em 2023, um aumento de cerca de 6,61% face a 2022 (+12 mil euros), justificado, por um lado, pelo aumento significativo na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, com maior incidência no que diz respeito à remuneração variável relativa às concessões e, por outro lado, pela diminuição registada na rubrica de clientes correspondente ao forte esforço da Fundação no processo de recebimento das dívidas a receber.

A rubrica “Acréscimos de rendimentos” em 2023 engloba essencialmente a remuneração variável relativa às concessões, no valor de 138.601 euros (2022: 53.333 euros) e a refaturações dos consumos com água e eletricidade no valor de 27.515 euros (2022: 43.217 euros), cuja emissão dos documentos data de 2024.

9 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos devedores e credores da rubrica “Estado e outros entes públicos” detalham-se da seguinte forma:

	31/12/23		31/12/22	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/rendimento - IRC	75.377,51	(3.172,03)	33.031,72	(3.698,06)
Imposto s/rendimento - IRS	-	(1.586,50)	-	(1.627,00)
Imposto s/valor acrescentado - IVA	648.967,06	(85.997,01)	680.537,18	(66.416,31)
Contribuições p/segurança social	-	(1.984,86)	-	(1.939,58)
Outros impostos	487,82	-	487,82	-
Total	724.832,39	(92.740,40)	714.056,72	(73.680,95)

A entidade não deduz o IVA dos gastos diretamente ligados com a atividade isenta e utiliza, para efeitos de dedução do IVA relativamente aos outros gastos comuns, o pró-rata de 84,71% que tem por base a permissão dos edifícios afetos à atividade isenta e sujeita a IVA.

O valor do IVA a recuperar, no montante global de 648.967,06 Euros, respeita ao pedido de reembolso de IVA de 2017 (595 mil Euros) que foi objeto de reclamação graciosa à Autoridade Tributária, conforme divulgação na nota 32 deste Anexo. O remanescente respeita ao IVA a recuperar no valor aproximado de 54 mil Euros (2020: 86 mil euros) relativo ao mês de agosto de 2020 que foi objeto de uma correção por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, para a qual foi apresentada uma revisão oficiosa em 31/08/2023 por parte da Fundação. Não tendo obtido resposta por parte da Autoridade Tributária, findo os 4 meses, conclui-se que a decisão do pedido de revisão oficiosa foi indeferida, tendo a Fundação apresentado um pedido de pronúncia arbitral submetido no dia 1 de abril de 2024, sendo expectável uma decisão sobre o assunto ainda em 2024.

No dia 21/03/2024, na sequência do pedido efetuado à Autoridade Tributária através do e-balcão, foi recebida a conta corrente da Fundação de IVA da Autoridade Tributária, onde se encontram reconhecidos como pagamentos em excesso de IVA, a favor da Fundação, o montante de 641.875,37 Euros no período de julho de 2018 a abril de 2022.

Conforme divulgado de forma mais detalhada na nota 31 deste anexo, apesar deste diferendo com os serviços do IVA é entendimento da Administração e do seu contabilista certificado, baseado em parecer dos advogados CCR Legal, que assiste total razão à Fundação e que a probabilidade de vir a receber este montante é alta, não havendo por isso razão para registar perdas de imparidade.

A decomposição do “Imposto s/rendimento - IRC - Estimativa do Imposto” para os períodos de 2023 e 2022 respeita apenas a tributações autónomas e é a seguinte:

	31/12/23	31/12/22
Retenções na fonte Estimativa de imposto	75.377,51 (3.172,03)	33.031,72 (3.698,06)
Total	72.205,48	29.333,66

Os saldos credores apresentados nas rubricas “Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares”, “Imposto sobre o valor acrescentado” e “Contribuições para a Segurança Social” correspondem aos valores pagos no início do ano seguinte.

A Fundação tem a sua situação contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Não existem, a 31 de dezembro de 2023, dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

10 Fundadores

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Fundadores” apresentava o seguinte saldo:

	31/12/23		31/12/22	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Santander Totta	420.000,00	2.100.000,00	420.000,00	2.520.000,00
Total de Fundadores	420.000,00	2.100.000,00	420.000,00	2.520.000,00

Estes montantes dizem respeito à parcela dos Fundos que se encontram por realizar e estão espelhados no ativo, de acordo com o previsto pela norma NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

De acordo com a escritura de constituição da FAdS, os fundos devem ser realizados pelo Banco Santander Totta, de forma faseada, até 30/11/2029, no valor anual de 420 mil euros. O valor considerado em ativo corrente de 420.000,00 Euros em 2023 respeita ao montante dos Fundos que serão realizados em 2024.

Handwritten signatures and initials: VP, 21, 23, AB, and a vertical mark resembling a plus sign.

11 Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta-se como se segue:

	31/12/23	31/12/22
Edifícios - Universidade Nova de Lisboa	5.808.698,29	5.808.698,29
Outros devedores	3.241,81	514,72
Outros ativos correntes	5.811.940,10	5.809.213,01

A rubrica “Edifício – Universidade Nova de Lisboa” corresponde aos edifícios alvo do contrato de promessa compra e venda, celebrado entre a Fundação e a Universidade Nova de Lisboa.

Este montante foi transferido em 2020 da rubrica “Edifícios e outras construções” (para “Outros ativos correntes”), visto que a Fundação previa a realização no curto prazo da escritura prevista no contrato mencionado, que está pendente da conclusão do processo de constituição de propriedade horizontal, sendo que a contrapartida estabelecida contratualmente já foi recebida na sua totalidade pela Fundação e encontra-se registada na rubrica de “Adiantamento por conta de vendas – ativo” nos Outros passivos correntes (Nota 16), no valor de 9.851.000,00 Euros.

A Fundação prevê que no decurso do ano de 2024 se venha a realizar a escritura prevista no contrato mencionado, que está pendente da conclusão do processo de constituição de propriedade horizontal, o que se prevê que vá ocorrer até ao final do 3.º Trimestre de 2024.

Os referidos ativos correntes encontram-se mensurados ao custo deduzidos das perdas por imparidade.

À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem perdas de imparidade a registar.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Fundação tem registado nas rubricas de “Diferimentos” no ativo e passivo os seguintes saldos:

	31/12/23	31/12/22
Ativos		
Outros gastos a reconhecer	23.544,65	34.638,03
Gastos a reconhecer	23.544,65	34.638,03
Passivos		
Contratos de exploração	5.257.722,98	5.484.374,56
Projetos	1.962.086,82	2.454.299,08
Rendimentos a reconhecer	7.219.809,80	7.938.673,64

A rubrica “Outros gastos a reconhecer” diz respeito a gastos gerais decorrentes da atividade da Fundação referentes a exercícios futuros, tratando-se na sua generalidade de gastos relativos a seguros.

A rubrica “Rendimentos a reconhecer - Contratos de exploração” corresponde à faturação emitida relativa à contrapartida inicial do direito de exploração das residências do Campus e do Estacionamento, sendo que o rendimento é reconhecido durante a vigência do contrato (25 anos e 35 anos, respetivamente, a partir do momento de início da exploração). No ano de 2023 e 2022, o valor reconhecido foi de 226.651,58 Euros, em cada exercício, que se encontram refletidos na conta 7211 – Concessões (Nota 17). À data de 31/12/2023 os rendimentos ainda por reconhecer ascendem aos seguintes valores: SABAPORTUGAL, SA (2.493.452,40 Euros) e Studenthouse AMVOH, SA (2.764.270,60 Euros).

A rubrica “Rendimentos a reconhecer - Projetos” reflete o saldo disponível de donativos afetos a vários projetos em curso na Fundação, nomeadamente o projeto da Biblioteca Teresa e Alexandre Soares dos Santos (1.147.334 Euros) e do Westmont Institute of Hospitality and Tourism (814.572,82 Euros).

Em 2023 foram recebidos donativos para a exploração no valor global de 895.987,80 Euros e foram consumidos no exercício o valor global de 1.388.200,06 Euros. Este valor foi reconhecido em rendimentos na rubrica de subsídios à exploração na mesma medida da concretização dos projetos e correspondente registo em gastos (ver nota 18).

13 Movimentos nos fundos patrimoniais

Os movimentos ocorridos nos “Fundos patrimoniais” durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2023 têm a seguinte decomposição:

	31/12/23			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Fundos	22.087.401,00	-	-	22.087.401,00
Resultados transitados	(6.996.774,56)	-	(867.336,41)	(7.864.110,97)
Outras variações nos fundos patrimoniais	22.532.304,34	1.512.879,20	(650.965,98)	23.394.217,56
Resultado líquido:				
-2022	(867.336,41)	867.336,41	-	-
-2023	-	-	(8.587,29)	(8.587,29)
Total dos fundos patrimoniais	36.755.594,37	2.380.215,61	(1.526.889,68)	37.608.920,30

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and the number '23'.

São membros instituidores da Fundação as seguintes entidades:

	31/12/23		
	Valor Subscrito	Valor realizado	Valor por realizar
Município de Cascais	9.777.401,00	9.777.401,00	-
Banco Santander Totta	6.300.000,00	3.780.000,00	2.520.000,00
Jeronimo Martins SGPS	5.000.000,00	5.000.000,00	-
Sindecom	1.000.000,00	1.000.000,00	-
Nova SBE	10.000,00	10.000,00	-
Total dos Fundos	22.087.401,00	19.567.401,00	2.520.000,00

A Fundação, pelo facto de ser uma entidade sem fins lucrativos, encontra-se dispensada da constituição de Reservas.

A rubrica Fundo Patrimonial reflete o valor do fundo subscrito, sendo que a parcela por realizar encontra-se espelhada no ativo, na rubrica de Fundadores, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Aplicação do resultado

Por deliberação do Conselho de Administração, realizada em 8 de setembro de 2023, o resultado líquido negativo do exercício em 31 de dezembro de 2022 no valor de 867.336,41 Euros foi transferido para a rubrica de “Resultados Transitados”.

Em dezembro de 2023, a rubrica de resultados transitados ascende ao valor negativo de 7.864.110,97 Euros resultante da aplicação do resultado negativo do exercício de 2022, no montante de 867.336,41 Euros e dos resultados negativos relativos aos exercícios anteriores.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 2023, o valor do aumento de 1.512.879,20 Euros é referente aos donativos recebidos pela Fundação, no exercício, aplicados na construção do Campus, de acordo com o previsto nos Estatutos da Fundação (cf. art.º 4.º, n.º 2, a).

O valor das reduções de 650.965,98 Euros, corresponde ao reconhecimento em rendimentos do montante dos donativos afetos à construção do Campus de Carcavelos, na proporção das depreciações do exercício do edifício “Campus”, conforme divulgado na nota 22.

14 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Fornecedores”, detalha-se da seguinte maneira:

	31/12/23	31/12/22
Fornecedores gerais - Conta corrente	522.004,98	190.066,87
Fornecedores	522.004,98	190.066,87

As dívidas a pagar a Entidades relacionadas estão divulgadas na nota 28 deste anexo.

A rubrica de “Fornecedores” registou em 2023, um aumento de cerca de 332 mil euros, justificado essencialmente pelo valor em dívida ao fornecedor Universidade Nova de Lisboa que, em 2022, se encontrava saldado. Foi acordado entre as partes que esta dívida será liquidada de forma gradual.

15 Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Financiamentos obtidos”, detalha-se da seguinte maneira:

	31/12/23		31/12/22	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Santander Donations Bridge Facility (Nota 27)	1.253.646,24	1.007.813,06	664.527,14	2.261.459,30
Santander Other Corporate Donations Facility Bridges (Nota 27)	-	-	659.903,57	114.639,32
Santander Long Term Facility (Nota 27)	411.000,00	1.442.663,20	268.500,00	2.030.400,00
Empréstimo BEI	3.083.559,92	5.942.199,18	1.697.771,32	8.353.190,15
Total de Financiamentos	4.748.206,16	8.392.675,44	3.290.702,03	12.759.688,77

Os “Financiamentos Obtidos” são registados pelo seu valor nominal.

O montante dos financiamentos obtidos no passivo corrente respeita às amortizações previstas em maio e novembro de 2024.

De referir que a Fundação beneficiou, ao abrigo das medidas implementadas durante a pandemia, no que respeita aos financiamentos junto ao Banco Santander Totta, de moratórias (apenas de capital, por opção da Fundação) até setembro de 2021, tendo o plano de reembolso sido deslocado 18 meses para a frente, em conformidade com o período de vigência das moratórias e a periodicidade do serviço da dívida contratual. Relativamente ao empréstimo de longo prazo do Banco Europeu de Investimento, e por esta instituição não ter sido abrangida pela legislação portuguesa relativa às moratórias, a Fundação tem beneficiado de diferimentos pontuais do serviço da dívida, de forma a não alterar a proporção inicial entre a dívida de longo prazo do Banco Santander Totta e do Banco Europeu de Investimento.

A Fundação Alfredo de Sousa encontra-se neste momento em negociações avançadas com o Banco Santander Totta e com o Banco Europeu de Investimento, com o intuito de adaptar o perfil de

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 25 and initials PP, AB, and others.

reembolso da dívida de longo prazo, tendo em conta os impactos que a Fundação teve que acomodar (especialmente durante a pandemia), esperando-se a conclusão do processo negocial até ao final de abril de 2024 (ou seja, antes da data de pagamento de serviço da dívida de maio de 2024).

A rubrica “Financiamentos Obtidos” inclui também dois contratos *swap* contratados junto do Banco Santander Totta cuja finalidade é a cobertura parcial do risco de taxa de juro dos financiamentos obtidos junto do Banco Santander Totta e do BEI, cujo propósito foi o financiamento das obras e trabalhos inerentes à conclusão do Campus (ver quadro abaixo relativos às condições de cada um dos contratos).

A data de término do quadro abaixo respeita às datas que foram estabelecidas nos contratos e não contempla a prorrogação do prazo decorrente do período de vigência das moratórias.

	Prazo do empréstimo (anos)	Data de término contratualizada	Data de término em negociação	Amortização	Juro	Swap (fixed rate)	Data de início
Santander Donations Bridge Facility	8	30/11/2026	15/11/2029	Anual	Euribor + 2.000%	-	30/11/2017
Santander Other Corporate Donations Facility Bridges	7	15/05/2024	15/11/2023	Semestral	Euribor + 2.000%	-	30/11/2017
Santander Long Term Facility	16	15/05/2034	15/05/2038	Semestral	Euribor + 2.500%	1,1160%	15/11/2018
Empréstimo BEI	19	15/05/2037	15/11/2040	Semestral	Euribor + 2.347%	0,9325%	15/11/2018

Os contratos acima mencionados são produtos financeiros derivados que envolvem a permuta de cash-flows, ou seja, os dois intervenientes trocam indexadores associados aos seus ativos ou passivos em que uma das variáveis é a taxa de juro, em data futura e conforme critérios pré-estabelecidos (indexados à variável da Euribor e uma *fixed rate* indexada à data da contratação, ou seja, fixo até ao término do contrato e muito próximo entre si).

O ganho ou a perda do *swap* é reconhecido na Demonstração de Resultados, conforme divulgações nas notas 25 e 26. Em 2023, foram reconhecidos rendimentos no montante de 168.198,18 Euros relativos a ganhos do swap.

Quanto ao plano de reembolso da rubrica “Financiamentos Obtidos”, apresenta-se abaixo os valores previstos nos contratos de financiamento:

	2024	2025	2026	2027	> 2027
Santander Donations Bridge Facility	1.253.646,24	1.007.813,07	-	-	-
Santander Long Term Facility	411.000,00	354.000,00	228.900,00	243.600,00	616.163,00
Empréstimo BEI	3.083.559,92	1.010.766,18	1.737.254,37	1.002.672,15	2.191.506,91

16 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros passivos correntes” detalha-se da seguinte forma:

	31/12/23	31/12/22
Juros	71.065,42	92.253,62
Remunerações a liquidar	14.579,28	14.247,60
Auditoria	7.337,76	6.486,73
Outros acréscimos de gastos	36.272,05	418.659,79
Credores por Acréscimos de gastos	129.254,51	531.647,74
Adiantamento por conta de vendas - ativo	9.851.000,00	9.851.000,00
Cauções	201.640,70	201.640,70
Fornecedores de Investimentos	132.667,82	153.799,18
Outros credores	2.670,83	25.497,04
Outros credores	10.187.979,35	10.231.936,92
Outros passivos correntes	10.317.233,86	10.763.584,66

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de 71.065,42 Euros (2022: 92.253,62 Euros), registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Juros” respeita essencialmente a juros referentes ao mês de dezembro de 2023, debitados pelo banco em 2024.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de 14.579,28 Euros (2022: 14.247,60 Euros), registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Remunerações a liquidar” englobam o montante de férias e subsídio de férias e respetivos encargos a pagar em 2024, cujo direito foi adquirido pelos colaboradores em 2023.

O saldo em “Outros acréscimos de gastos” respeita maioritariamente a gastos de manutenção e atividade do Campus referentes a dezembro de 2023 cujas faturas foram emitidas em janeiro de 2024.

A rubrica “Adiantamentos por conta de vendas” respeita ao adiantamento recebido relativo ao contrato de promessa de compra e de venda para a alienação de dois blocos do Campus, à Universidade Nova de Lisboa/Nova SBE, que se encontram reconhecidos em “Outros ativos correntes”, conforme divulgação na nota 11 deste anexo.

A rubrica “Fornecedores de Investimento” é composta sobretudo pela dívida ao fornecedor HCI Construções S.A. (131.283,34 Euros) referente ao débito de juros de mora, não aceites pela FAdS, tendo a mesma uma antiguidade superior a um ano, uma vez que a Fundação não concorda com o valor debitado pelo fornecedor.

O montante da rubrica “Cauções” diz respeito às cauções recebidas da Sierra Portugal e do Pingo Doce, no âmbito do contrato de cessão de exploração do Campus de Carcavelos.

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom right of the page, including initials like 'VP', 'CS', '27', 'AB', and a large signature.

A diminuição registada na rubrica de “Outros passivos correntes” no montante aproximado de 446 mil euros respeita essencialmente à diminuição registada na rubrica de acréscimos de gastos. Em 2022, esta rubrica incluía o valor de 362.290,45 Euros referente ao montante do CEMS-MIM que foi faturado pela NOVA SBE à Fundação da revogação do acordo assinado a 17 de fevereiro de 2022 relativo às inscrições do ano letivo 2022/2023.

17 Prestação de Serviços

O montante de serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados no período em análise é detalhado como segue, sendo exclusivamente referente ao mercado nacional:

	31/12/23	31/12/22
Prestações de serviços	3.306.859,67	3.753.074,90
Prestações de serviços	3.306.859,67	3.753.074,90

O montante incluído nesta rúbrica pode ser detalhado como segue:

	31/12/23	31/12/22
Rendas	2.989.783,59	2.591.820,98
CEMS MIM	-	776.050,73
Concessões	226.651,58	226.651,58
Contratos Exclusividade	78.000,00	148.000,00
Cedência Espaço (FAdS)	12.424,50	10.161,37
Outros	-	390,24
Prestações de serviços	3.306.859,67	3.753.074,90

Conforme divulgação na nota 2.3 deste anexo, a rubrica “Prestações de Serviços” não é comparável face ao exercício de 2022, uma vez que 2022 inclui rendimentos relativos ao programa CEMS MIM. Em fevereiro de 2022 foi assinado um acordo de revogação com a Universidade Nova de Lisboa com produção de efeitos a partir de 1 de setembro de 2022, data da cessação, pelo que o ano letivo 2022/2023 deste programa passou a ser completamente desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa. Se em 2022 não tivessem sido reconhecidos estes rendimentos, o valor das prestações de serviços seria de 2.977.024 euros.

A rubrica “Rendas” respeita ao rédito referente ao arrendamento do campus à Universidade Nova de Lisboa e à NForumExecutivos e aos contratos de cedência de espaço estabelecidos com as seguintes entidades: Sierra Portugal, Fitness Hut, Pingo Doce, SABA Portugal, StudentHouse AMVOH, Santander Totta, Infrahealth e Fidelidade. Em 2023, esta rubrica registou um acréscimo face a 2022 no valor aproximado de 398 mil euros que respeita essencialmente ao arrendamento do Grande Auditório à Nova SBE.

A rubrica “Concessões” respeita ao reconhecimento em rendimentos relativo ao ano 2023, referente à rúbrica de “Rendimentos a Reconhecer - Contratos de exploração”, conforme divulgado na Nota 12. Este rendimento é reconhecido anualmente durante a vigência do contrato com a

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including the number 28 and initials AB, G, and others.

SABAPORTUGAL, SA e com a Studenthouse AMVOH, SA (25 anos e 35 anos, respetivamente, a partir do momento de início da exploração). No ano de 2023, o valor reconhecido foi 226.651,58 Euros, SABAPORTUGAL, SA (84.285,71 Euros) e Studenthouse AMVOH, SA (142.365,87 Euros).

A rubrica “Contratos de Exclusividade” respeita à faturação anual de acordo com os contratos com diversas entidades, referentes à exclusividade no Campus de Carcavelos, de determinados produtos das marcas referidas. Em 2023, a diminuição registada face ao exercício de 2022 no montante aproximado de 70 mil euros respeita ao término do contrato com a Nestlé Portugal.

A rubrica “Cedência de Espaço” respeita a rendimentos gerados pelo aluguer de espaços do Campus de Carcavelos para a realização de eventos externos.

18 Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração na demonstração dos resultados no período em análise é detalhado como segue:

	31/12/23	31/12/22
Projeto Sindcom/Arica - Biblioteca	573.667,00	573.667,00
Projeto Westmont Institute of Hospitality and Tourism	486.050,00	486.037,81
Projeto ICF - Inclusive Community Forum	55.000,00	66.000,00
Projeto Novo Banco	-	94.631,25
Programa Fellowship for Excellence	18.754,54	43.778,23
Projeto BNP Paribas	9.200,00	-
Outros Projetos	245.528,52	-
Subsídios à exploração	1.388.200,06	1.264.114,29

A rubrica de “Subsídios à Exploração” contempla o reconhecimento em rendimentos referente à execução dos projetos em curso durante o exercício de 2023. O reconhecimento destes rendimentos é feito na mesma medida do reconhecimento dos gastos incorridos no ano:

- ✓ O projeto Arica é um projeto desenvolvido em conjunto com a Nova SBE que visa apoiar a implementação e a atividade corrente da biblioteca Teresa e Alexandre Soares dos Santos;
- ✓ O projeto Westmont Institute of Hospitality and Tourism destina-se ao desenvolvimento de um instituto de hospitalidade e turismo em parceria com a Nova SBE;
- ✓ O projeto Inclusive Community Forum é um projeto desenvolvido em conjunto com a Nova SBE que visa a inclusão de pessoas portadoras de deficiência na sociedade;
- ✓ As bolsas Fellowship dizem respeito a donativos recebidos para apoiar o Programa Fellowship for Excellence da Nova SBE, que premeia a excelência e a dedicação dos alunos de mestrado da escola e os prepara para alcançarem o seu potencial máximo enquanto alunos e cidadãos; e

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, the number 29, and initials AB, RB, and others.

O montante de 245.529 Euros referente a “Outros Projetos” respeita essencialmente a donativos recebidos no âmbito de bolsas a atribuir a professores que já não vão ser atribuídas em virtude do seu término pelo que foi reconhecido em rendimentos.

Os projetos são financiados por donativos, sendo que o recebimento destes donativos afetos à exploração é registado na rubrica de “Rendimentos a Reconhecer” (ver nota 12) e reconhecido em rendimentos na mesma medida em que são incorridos os gastos com esses projetos.

19 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos gastos com “Fornecimentos e serviços externos” é como segue:

	31/12/23	31/12/22
Subcontratados	-	15.978,02
Subcontratados	-	15.978,02
Trabalhos especializados	335.508,89	846.447,24
Vigilância e segurança	230.125,72	239.670,93
Conservação e Reparação	195.675,69	195.506,66
Honorários	-	12.672,61
Serviços especializados	761.310,30	1.294.297,44
Ferramentas e utensil. desgaste rápido	28.073,52	25.948,36
Material de escritório	-	145,32
Artigos para oferta	375,00	-
Materiais	28.448,52	26.093,68
Electricidade	353.373,42	471.837,58
Água	51.429,71	64.562,71
Outros fluidos	9.432,26	6.593,28
Combustíveis	2.360,56	1.959,74
Energia e fluidos	416.595,95	544.953,31
Deslocações e estadas	-	483,70
Deslocações, estadas e transporte	-	483,70
Limpeza, higiene e conforto	198.383,17	181.861,99
Seguros	38.909,55	34.344,73
Rendas e alugueres	24.894,79	26.632,71
Despesas de representação	2.887,25	17.085,45
Outros serviços	-	16.085,57
Serviços bancários	1.683,29	11.336,92
Comunicação	1.488,88	9.009,17
Serviços diversos	268.246,93	296.356,54
Fornecimentos e serviços externos	1.474.601,70	2.178.162,69

Conforme divulgação na nota 2.3 deste anexo, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” não é comparável face ao exercício de 2022, uma vez que 2022 inclui gastos com trabalhos especializados relativos ao programa CEMS MIM. Em fevereiro de 2022 foi assinado um acordo de revogação com a Universidade Nova de Lisboa com produção de efeitos a partir de 1 de setembro de 2022, data da cessação, pelo que o ano letivo 2022/2023 deste programa passou a ser completamente desenvolvido

30

f.

pela Universidade Nova de Lisboa. Se em 2022 não tivessem sido reconhecidos estes gastos, o valor da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" seria de aproximadamente 1,7 milhões de euros.

Em 2023, a rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" respeita essencialmente às seguintes sub-rubricas:

Subcontratos e Trabalhos especializados – a rubrica inclui maioritariamente gastos com honorários referentes a contabilidade, auditoria, advogados, programas informáticos de apoio à gestão e consultoria financeira. A diminuição registada no montante aproximado de 422 mil euros está relacionada com o término do programa CEMS MIM, conforme divulgado anteriormente.

Vigilância e Segurança – a rubrica registou uma diminuição de 3,98% face ao exercício anterior (-10 mil Euros) devido ao alívio das medidas adicionais de segurança em função da pandemia, havendo menos necessidade de reforço de equipa face ao exercício anterior.

Conservação e Reparação – a rubrica inclui maioritariamente gastos relacionados com a manutenção dos elevadores e com a manutenção do sistema AVAC.

Eletricidade – a rubrica registou uma diminuição de 25% face ao exercício anterior (-118 mil euros) que se deve essencialmente à evolução favorável do preço de mercado, bem como ao aumento da eficiência energética do Campus de Carcavelos, nomeadamente através do projeto Cascais Smart Pole.

Limpeza, higiene e conforto – a rubrica registou um aumento de 9% face ao exercício anterior (+17 mil euros) devido a necessidades pontuais de reforço de equipa, fruto ainda das medidas adicionais de limpeza e higiene principalmente em função do crescimento do número de alunos a frequentar o Campus de Carcavelos.

20 Gastos com pessoal

Os "Gastos com pessoal", incorridos durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalham-se da seguinte forma:

	31/12/23	31/12/22
Remunerações do pessoal	77.592,14	104.200,95
Encargos sobre remunerações	16.834,51	22.655,50
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.276,68	1.297,73
Gastos com o pessoal	95.703,33	128.154,18

A 31 de dezembro de 2023, a Fundação tinha a seu cargo 2 colaboradores (2022: 2).

A diminuição (25%) da rubrica "Remunerações do pessoal" decorre essencialmente de uma licença de parentalidade durante o ano de 2023.

f.
31
VP
AB

21 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Imparidade de dívidas a receber acumuladas” registou as seguintes variações:

	31/12/23	31/12/22
Início do Período	2.706,00	4.477,20
Reversão	-	(1.771,20)
Final do Período	2.706,00	2.706,00

Em 2022 registou-se uma reversão de imparidades de dívidas a receber de 1.771,20 Euros.

Em 2023 não se verificaram quaisquer variações na rubrica de “Imparidades de dívidas a receber acumuladas”.

22 Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros rendimentos” apresenta-se da seguinte forma:

	31/12/23	31/12/22
Doações (construção)	650.965,98	527.123,69
Refaturação de Despesas	368.125,49	452.191,93
Correcções relativas a períodos anteriores	7.537,15	29.917,39
Outros rendimentos e ganhos	22.736,06	14.252,35
Doações em Espécie	1.797,39	1.225,57
Outros rendimentos	1.051.162,07	1.024.710,93

O saldo da rubrica “Doações (construção)” em 2023, reflete o reconhecimento em rendimentos dos donativos recebidos até 31 de dezembro de 2023, na mesma proporção que são registados em gastos do exercício as depreciações do exercício relativas ao edifício “Campus” e tendo por base o número de anos de depreciação do edifício “Campus”. Os donativos quando são recebidos são registados na conta de Outras Variações de Fundos Patrimoniais, conforme referido na nota 13 deste anexo.

O saldo da rubrica “Refaturações de despesas” respeita ao redébito dos consumos com eletricidade e com a água às Entidades para os quais existem contratos de arrendamento e de cedência de espaço. A diminuição registada nesta rubrica face ao exercício de 2022 está relacionada com a diminuição registada com os gastos com eletricidade.

23 Outros gastos

À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica “Outros gastos” tem a seguinte decomposição:

	31/12/23	31/12/22
Taxas	1.504,45	2.974,77
Correcções relativas a períodos anteriores	72,16	2.093,39
Impostos e taxas	1.576,61	5.068,16
Donativos	1.059.725,00	1.638.207,26
Bolsas de Estudo Atribuídas	271.954,54	57.778,23
Outros gastos e perdas	36.391,50	20.412,42
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	1.083,52
Outros	1.368.071,04	1.717.481,43
Outros gastos	1.369.647,65	1.722.549,59

A rubrica “Donativos” inclui os donativos efetuados à Universidade Nova de Lisboa no âmbito dos projetos Arica - Biblioteca Teresa e Alexandre Soares dos Santos (574 mil Euros) e Westmont Institute of Hospitality and Tourism (486 mil Euros), conforme divulgações na nota 18 deste anexo.

A rubrica “Bolsas de Estudo Atribuídas” inclui os montantes das bolsas Santander Futuro e bolsas Santander Erasmus +.

A rubrica “Outros gastos e perdas” inclui um valor de 31.570,12 Euros referente ao IVA a recuperar de dezembro de 2020 que não foi utilizado na DP IVA no mês seguinte.

24 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

O detalhe dos “Gastos de depreciação e de amortização”, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o seguinte:

	31/12/23	31/12/22
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1.935.119,87	2.015.537,97
Ativos intangíveis (Nota 6)	323.521,68	324.936,41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2.258.641,55	2.340.474,38

25 Juros e rendimentos similares obtidos

À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” tem a seguinte decomposição:

	31/12/23	31/12/22
Financiamentos obtidos	168.198,19	-
Juros suportados	168.198,19	-

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials: VP, A, 33, AB]

O montante incluído nesta rubrica diz respeito ao contrato de permuta de taxa de juro, cujos fluxos em 2023 foram favoráveis à Fundação devido à evolução da taxa EURIBOR, tendo a liquidação ocorrido nos meses de maio e novembro de 2023.

26 Juros e gastos similares suportados

À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica “Juros e gastos similares suportados” tem a seguinte decomposição:

	31/12/23	31/12/22
Financiamentos obtidos	721.241,02	537.968,83
Juros suportados	721.241,02	537.968,83

Os juros suportados, que totalizaram 721.241,02 Euros em 2023, são relativos aos financiamentos existentes junto do Banco Santander Totta e do BEI, que foram uma das formas de financiamento da construção do Campus.

O montante de juros e swap suportados por empréstimo, em 2023, têm o seguinte detalhe:

	Juros	Swap
Santander Donations Bridge Facility	144.167,92	-
Santander Other Corporate Donations Facility Bridges	25.462,15	-
Santander Long Term Facility	125.028,99	6.567,99
Santander Bridge - Fidelidade	-	-
Empréstimo BEI	420.014,14	-
Total	714.673,20	6.567,99

Apesar do aumento registado no valor aproximado de 183 mil euros na rubrica de “juros suportados” face ao exercício anterior, este impacto é neutralizado com os rendimentos registados no montante de 168 mil euros relativo ao contrato de permuta de taxa de juro, cujos fluxos em 2023 foram favoráveis à Fundação devido à evolução da taxa EURIBOR (ver nota 25).

27 Imposto sobre o rendimento do período

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Fundação dos anos 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Imposto sobre o rendimento do período é detalhado como se segue:

	31/12/23	31/12/22
Imposto s/ rendimento corrente	(3.172,03)	(3.698,06)
Imposto sobre o rendimento	(3.172,03)	(3.698,06)

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o resultado tributável no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/23	31/12/22
Resultado antes de impostos	(5.415,26)	(769.144,60)
Resultado antes de impostos	(5.415,26)	(769.144,60) (a)
Gastos não aceites	34.925,78	24.565,55
Benefícios fiscais	3,20	4,80
Total dos acertos fiscais	34.922,58	24.560,75 (b)
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	29.507,32	(744.583,85) (c) = (a) + (b)
Prejuízos fiscais deduzíveis	19.179,76	-
Matéria coletável	10.327,56	(744.583,85)
Coleta	(2.168,79)	-
Derrama	(368,84)	-
Tributação Autónoma	(634,40)	(3.698,06)
Imposto sobre o rendimento do período	(3.172,03)	(3.698,06)

A Fundação não exerce a título principal, atividades de natureza comercial, industrial e agrícola, pelo que segundo o artigo 87.º n.º 5 do Código do IRC ("CIRC"), o valor de rendimentos que sejam enquadráveis nas diversas categorias previstas no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) está sujeito à taxa de 21%. No exercício de 2022 existiu prejuízo fiscal, pelo que, o IRC no valor de 3.698,06 Euros corresponde apenas ao valor da tributação autónoma sobre um conjunto de encargos. Já em 2023, a Fundação apresentou lucro tributável no valor de 29.507,32 Euros, sendo o valor correspondente às tributações autónomas de apenas 634,40 Euros.

Não existem situações de ativos e passivos por impostos diferidos a registar, conforme divulgação na alínea d) da nota 3.2.

O apuramento do resultado é feito de acordo com o referido na nota do imposto sobre o rendimento (ver ponto 3.2, alínea d).

De acordo com o parecer da PLMJ: "consideram-se rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários. Salientamos que os donativos atribuídos às fundações estão incluídos nesta previsão, i.e., os donativos não são tributados na esfera da fundação".

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
VP

35

[Handwritten initials]

[Handwritten initials and marks]

28 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Fundação apresentava os seguintes saldos com as “Partes relacionadas”, correspondente ao fundo patrimonial por realizar e a financiamentos obtidos:

	31/12/23	
	Membros Fundadores	Financiamentos obtidos
Banco Santander Totta	2.520.000,00	4.115.122,50
Total	2.520.000,00	4.115.122,50

	31/12/22	
	Membros Fundadores	Financiamentos obtidos
Banco Santander Totta	2.940.000,00	5.999.429,33
Total	2.940.000,00	5.999.429,33

No decorrer do ano de 2023 e 2022, a Fundação apresentava os seguintes saldos com as “Partes relacionadas: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia:

	31/12/23			
	Clientes	Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	-	(356.660,21)	-	(9.851.000,00)
Total	-	(356.660,21)	-	(9.851.000,00)

	31/12/22			
	Clientes	Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	-	-	362.290,50	(9.851.000,00)
Total	-	-	362.290,50	(9.851.000,00)

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials: 36, VR, S, AB]

As transações entre entidades relacionadas no ano de 2023 e 2022 encontram-se no quadro abaixo:

	31/12/23		
	Fornecimentos e serviços externos	Donativos/Gastos	Prestações de serviços
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	51.587,31	1.322.471,54	2.094.022,72
Jerónimo Martins	-	-	155.020,87
Santander Totta	-	-	8.055,49
Total	60.787,31	1.322.471,54	2.257.099,08

	31/12/22		
	Fornecimentos e serviços externos	Donativos/Gastos	Prestações de serviços
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	579.287,13	1.695.973,49	1.866.573,68
Jerónimo Martins	-	-	175.244,96
Santander Totta	-	-	8.386,21
Total	579.287,13	1.695.973,49	2.050.204,85

29 Informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos do nº1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Fundação não é devedora de quaisquer contribuições vencidas ao Estado e à Segurança Social.

30 Garantias reais

Em 2017 foram constituídas duas hipotecas a favor do Banco Santander Totta, uma delas na qualidade de agente de garantias do financiamento entre si e o Banco Europeu de Investimento, por tempo indeterminado, para garantia do financiamento bancário e juros, sobre o direito de superfície que tem por objeto o prédio urbano composto por parcela de terreno destinado à execução do projeto “Nova School of Business and Economics” sito na Av. Marginal, em Carcavelos, com o montante máximo assegurado de aproximadamente 23 milhões de euros e de 15 milhões de euros.

Não existem outras garantias prestadas pela Fundação para além das duas hipotecas referidas anteriormente.

31 Processos judiciais contra a Fundação

À data de 31/12/2018 foi instaurado um processo de inspeção tributária decorrente de um pedido de reembolso de IVA no montante de 594.772,19 €. Este reembolso de IVA resultou de um ajustamento a favor do sujeito passivo do imposto autoliquidado pela FAdS na declaração periódica de IVA do 4.º trimestre de 2017.

Tal ajustamento decorreu da aplicação da taxa reduzida de imposto aos serviços de construção civil da empreitada de construção do Campus de Carcavelos adquiridos entre 2015 e 2017, o qual tinha

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom right of the page, including the number 37 and various initials.

sido autoliquidado a 23%. A FAdS fez ajustamento a seu favor decorrente da aplicação da taxa de 6% a estes serviços por cabimento na verba 2.23 da lista I anexa ao Código do IVA, segundo a qual estão sujeitas a taxa reduzida as Empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico, realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana (áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, zonas de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e outras) delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

O reembolso foi inicialmente solicitado na declaração periódica referente ao período de imposto 1712T, tendo sido a FAdS notificada do indeferimento do pedido de reembolso por não ter cumprido com a comunicação da caixa postal eletrónica nos termos do artigo 3.º, alínea f) do Despacho Normativo n.º 18-A/2010. No seguimento deste indeferimento a Fundação voltou a solicitar o reembolso na declaração periódica referente ao período de imposto 1803T.

Após regularização da situação referente à caixa postal, a Fundação foi notificada do projeto de relatório de inspeção tributária, o qual propunha correções no montante de €991.557,08 por “incorreta aplicação da taxa reduzida a operação sem previsão legal na lista I anexa ao CIVA e na regularização indevida de imposto.”

Não concordando com tais correções, a Fundação exerceu o seu direito de audição. No seguimento do referido direito de audição foi a Fundação notificada do Relatório Final de Correções do qual recorreu pela via de submissão de um Recurso Hierárquico, a 13/03/2021, da Notificação de Indeferimento de Reembolso n.º 103019079, na sequência da Ordem de serviço n.º OI201803323/OI201804989 dos Serviços de Inspeção Tributária. À presente data o referido Recurso encontra-se ainda em apreciação pelos serviços tributários.

A este propósito cumpre referir que a já mencionada verba 2.23 estabelece que, para aplicação da taxa reduzida de IVA a uma empreitada de reabilitação urbana esta deverá ser realizada:

- i) em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana delimitadas nos termos legais, ou
- ii) no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

Como tem vindo a Fundação a defender junto da Autoridade Tributária, resulta claro da letra da lei que para que uma empreitada de reabilitação urbana seja considerada como tal deverá cumprir apenas com um dos dois requisitos alternativos da provisão legal acima transcrita, estando a aplicação da taxa reduzida apenas dependente do preenchimento de um dos dois requisitos ali avançados.

Não obstante a mera relação de alternatividade destas condições e consequente necessidade de estar preenchido apenas um dos requisitos, a Fundação cumpre com ambos os requisitos, conforme se

pode demonstrar por via dos avisos publicados em diário da república (Aviso n.º 15369/2017 - publicado a 11 de agosto de 2015, referente ao Projeto de ORU simples para a ARU de Carcavelos; Aviso n.º 6513/2018 - publicado a 23 de abril de 2018, relativo à alteração da Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana e, ainda, Aviso n.º 8811/2015 publicado a 23 de julho de 2015 referente à aprovação de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana) e pelas propostas da Câmara de Cascais (Proposta n.º 916/2017 - Reunião de Câmara, de 30 de outubro de 2017 e Proposta n.º 238/2018 - Reunião de Câmara, de 20 de março de 2018), bem como pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2012, de 10 de julho de 2012.

Em consequência da ação inspetiva, a Autoridade Tributária praticou os seguintes atos:

- i) Indeferiu o pedido de reembolso de IVA no valor de 594.772,19 EUR; e
- ii) Emitiu as liquidações adicionais de IVA no montante global de 406.418,52 EUR, as quais correspondem à diferença entre o IVA autoliquidado à taxa de 6% e que, no seu entendimento, deveria ter sido liquidado à taxa de 23%.

Em face dos atos praticados pela Autoridade Tributária, a Fundação reagiu por duas vias distintas e autónomas:

- i) Ação administrativa judicial quanto ao pedido de reembolso; e
- ii) Reclamação graciosa quanto às liquidações adicionais.

Estado do processo (Ação Administrativa Judicial): Relativamente ao indeferimento do pedido de reembolso, a Fundação apresentou, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, ação administrativa judicial, nos termos da qual sustentou a validade do seu procedimento e, consequentemente, o seu direito ao reembolso solicitado.

Estado do processo (Impugnação Arbitral): No que concerne às liquidações adicionais de IVA emitidas, a Fundação apresentou reclamação graciosa junto da Direção de Finanças de Lisboa. Apesar de os factos apresentados sustentarem a legalidade do procedimento tributário adotado pela Fundação, a reclamação graciosa foi expressamente indeferida, mantendo aquela entidade os argumentos anteriormente expandidos no relatório de inspeção tributária.

Em reação a tal decisão de indeferimento, a Fundação interpôs impugnação arbitral junto do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), tendo a ação transitado em julgado em fevereiro de 2021, com uma decisão totalmente favorável à Fundação, que culminou com a devolução em 24/06/2022 da garantia bancária apresentada pela Fundação neste processo, pelo que à data do fecho das contas já não se encontra nenhum processo de execução fiscal na Autoridade Tributária. Foi, entretanto, requerido ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra a junção aos autos desta decisão arbitral, tendo em conta a identidade factual e jurídica nas matérias em contenda em ambos os litígios.

39

Conforme divulgado na nota 9, no dia 21/03/2024, na sequência do pedido efetuado à Autoridade Tributária através do e-balcão, foi recebida a conta corrente da Fundação de IVA da Autoridade Tributária, onde se encontram reconhecidos como pagamentos em excesso de IVA, a favor da Fundação, o montante de 641.875,37 Euros no período de julho de 2018 a abril de 2022.

Não foi constituída nenhuma perda de imparidade relativa ao pedido de reembolso de IVA no valor de 594.772,19 Euros, pois é entendimento do Conselho de Administração da Fundação, tendo em conta o resultado do procedimento arbitral relativo às liquidações adicionais e a informação fornecida junto dos advogados (CCR Legal) mandatados pela Fundação, que a ação venha a ser julgada como favorável às pretensões da Fundação e que esta venha a receber o valor do pedido de reembolso solicitado.

Posteriormente, e no seguimento de nova ação de inspeção tributária, a Autoridade Tributária efetuou correções em sede de IVA e emitiu liquidações adicionais de imposto, referentes aos períodos de tributação de abril, julho e agosto de 2019, das quais resultaram correções nos montantes de 26.562,09 EUR, 21.184,23 EUR e 15.477,14 EUR. Neste contexto, e à semelhança do que sucedera no passado, a 31 de agosto de 2023, a Fundação apresentou pedido de revisão oficiosa daqueles atos tributários perante a Autoridade Tributária, não se tendo até à data a Autoridade Tributária pronunciado sobre o mesmo. Perante o indeferimento tácito de tal pedido, a 1 de abril de 2024 a Fundação apresentou pedido de pronúncia arbitral com idênticos fundamentos ao procedimento arbitral anterior (que recordemos transitou em julgado em fevereiro de 2021, com uma decisão totalmente favorável à Fundação), aguardando-se neste momento a constituição do tribunal arbitral. Seguidamente, a Autoridade Tributária será notificada para apresentar a sua resposta. Subsequentemente, as partes serão notificadas para apresentar alegações escritas. Por fim, aguardar-se-á a prolação de decisão arbitral. De acordo com os advogados da Fundação (CCR Legal), e dado o desfecho positivo de anteriores processos tributários que versam sobre idêntica questão, é seu entendimento de ser alta a probabilidade de sucesso, estimando-se a prolação de decisão final no decurso do ano de 2024.

32 Compromissos assumidos pelos doadores

De seguida apresenta-se o quadro com os compromissos assumidos por vários doadores, a serem recebidos no decorrer dos próximos anos e que não se encontram refletidos nas Demonstrações Financeiras, pois só serão reconhecidos à medida que forem sendo recebidos, por uma questão de prudência:

Valores expressos em euros

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Valores comprometidos	3.144.917	1.634.917	1.218.667	1.218.667	600.000	570.000	150.000	8.537.168

33 Acontecimentos após a data do balanço

No dia 6 de fevereiro de 2024, João Sàágua renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Curadores.

No dia 25 de março de 2024, Miguel Pinto Luz renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, não tendo ainda sido eleito à presente data o novo Presidente do Conselho de Administração.

Para além do referido acima, não existem outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2023, até à presente data, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

Carcavelos, 29 de abril de 2024

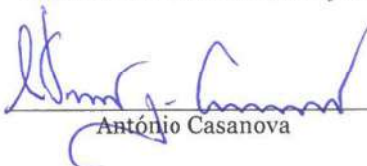
O Contabilista Certificado


Hugo Gonçalves

Vogal do Conselho de Administração


Alexandra Brandão

Vogal do Conselho de Administração


António Casanova

Vogal do Conselho de Administração


António Nogueira Leite

Vogal do Conselho de Administração


Clara Streit

Vogal do Conselho de Administração


Henrique de Castro

Vogal do Conselho de Administração


Henrique Soares dos Santos

Vogal do Conselho de Administração


Rui Diniz

Vogal do Conselho de Administração


Vera Pinto Pereira

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao período findo a 31 de dezembro de 2023 não estão assinadas pelo Presidente do Conselho de Administração pois à data da sua emissão não existia Presidente do Conselho de Administração em funções.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Alfredo de Sousa (a entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 68.901.591 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 37.608.920 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.587 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Alfredo de Sousa em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos à atenção para a situação descrita na nota nº 31 do Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 sobre o processo de inspeção tributária instaurado em 2018 decorrente de um pedido de reembolso de IVA.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório e contas foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 6 de setembro de 2024

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento, Revisor Oficial de Contas n.º 1167

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Fundadores e Administradores da Fundação Alfredo de Sousa

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida durante o ano de 2023 e dar o nosso Parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação das contas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, apresentados pela Administração.

1. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da entidade, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com o órgão de gestão e os seus diretores. Efetuámos uma verificação por amostragem dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão e de riscos e de controlo interno. Vigiamos pela observação da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
2. No exercício das nossas funções verificámos que:
 - a) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade e dos seus resultados, assim como das suas alterações do fundo patrimonial e dos seus fluxos de caixa;
 - b) o relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Entidade; e
 - c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conforme a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF- ESNL) e são adequadas por forma a assegurar que as mesmas conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emitimos uma certificação legal das contas não qualificada com uma ênfase, referente ao exercício de 2023, datada de 6 de setembro de 2024, cujo conteúdo se transcreve:

“Chamamos à atenção para a situação descrita na nota nº 31 do Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 sobre o processo de inspeção tributária instaurado em 2018 decorrente de um pedido de reembolso de IVA.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.”

4. Somos do parecer que a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do Parecer que:
- a) Sejam aprovados o relatório de gestão assim os documentos de prestação das contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 6 de setembro de 2024

O Fiscal Único

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento, Revisor Oficial de Contas n.º 1167
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779